



DOSSIÊ - AS OPOSIÇÕES POLÍTICAS NOS PALOP: FORMAÇÃO, EVOLUÇÃO E PERSPETIVAS

Dos “Revús” ao “Mudei”: movimentos ativistas e o processo de democratização em Angola (1990-2022)

From “Revús” to “Mudei”: activist movements and the democratization process in Angola (1990-2022)

De “Revús” a “Mudei”: los movimientos activistas y el proceso de democratización en Angola (1990-2022)

Oliveira Adão Miguel¹

orcid.org/0000-0003-2193-9749
oliveiraanestesia173@gmail.com

Washington Santos

Nascimento²

orcid.org/0000-0003-4741-5433
washingtonprof@gmail.com

Livia Diana Rocha

Magalhães¹

orcid.org/0000-0003-0784-6749
liviadianamagalhaes@gmail.com

Recebido em: 30 nov. 2023.

Aprovado em: 30 jul. 2024.

Publicado em: 03 dez. 2024.

Resumo: o texto “Dos ‘Revús’ ao ‘Mudei’: movimentos ativistas e o processo de democratização em Angola (1990-2022)” é uma pesquisa que pretende recuperar as memórias dos movimentos ativistas na luta pela democratização em Angola (num exercício de longa ou média duração, olhando a extensão do tempo que vai de 1990 a 2022, altura em que se deu a transição para a democracia constituída por via da nova Constituição), tomando como gênese o ano de 1990, início do processo de democratização com a emergência de movimentos ativistas fora do quadro político-partidário liderado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), os quais viriam a ser responsáveis por desenhar a nova arquitetura de defesa dos direitos humanos em face da situação do neopatrimonialismo presidencial e partidário (Chabal, 2006; Messiant, 2018). Esse processo se arrastou até o ano de 2010, momento em que formaram-se os novos movimentos ativistas defensores do aprofundamento da democracia, direitos humanos e justiça social, assumidos por jovens nascidos entre 1980 e 2000, moradores de bairros periféricos e pobres, com formação média ou universitária, forjados no movimento *hip-hop*, influenciados pela imprensa, sobretudo a privada, e sem vínculo político-partidário – embora alguns tivessem familiares vinculados aos partidos políticos tradicionais como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Eles, como contemporâneos da “Primavera Árabe”, desenvolveram protestos exigindo a retirada do presidente José Eduardo dos Santos. Nosso texto é construído tendo como substrato o diálogo entre a memória e a história do tempo presente dos jovens protagonistas das lutas por reivindicações por direitos civis e políticos na sociedade angolana, bem como as suas variadas interfaces.

Palavras-chave: Angola; ativismos; movimentos sociais; democratização.

Abstract: the text “From “Revús” to “Mudei”: activist movements and the democratization process in Angola (1990-2022)” is a research that aims to recover the memories of activist movements in the fight for democratization in Angola (in an exercise of long or medium duration, looking at the length of time that goes from 1990 to 2022, when the transition to democracy constituted through the new Constitution took place), taking as its genesis the year 1990, when the process of democratization with the emergence of activist movements outside the political-party framework led by the Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA) and which will be responsible for designing the new architecture for the defense of human rights in the face of the situation of presidential and party neopatrimonialism (Chabal, 2006; Messiant, 2018). This process dragged on until 2010, when new activist movements defending the deepening of democracy, human rights and social justice were formed, led by young people born between the years 1980 and 2000, residents of peripheral and poor neighborhoods, with secondary or university education, forged in the hip-hop movement, influenced by the press, especially the private press, and without party political ties [al-



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Bahia, Brasil.

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil.

though some have family members linked to traditional political parties such as MPLA and UNITA). They, as contemporaries of the "Arab Spring", will develop protests demanding the removal of President José Eduardo dos Santos. Our text is constructed using as its substrate the dialogue between the memory and history of the present time of the young protagonists of the struggles for demands for civil and political rights in Angolan society, as well as their varied interfaces.

Keywords: Angola; Activisms; Social Movements; Democratization.

Resumen: el texto "De "Revús" a "Mudei": movimientos activistas y el proceso de democratización en Angola (1990-2022)" es una investigación que tiene como objetivo recuperar las memorias de los movimientos activistas en la lucha por la democratización en Angola [en un ejercicio de larga o mediana duración, fijándose en el lapso de tiempo que va desde 1990 hasta 2022, cuando se produjo la transición a la democracia constituida a través de la nueva Constitución], tomando como génesis el año 1990, cuando se inició el proceso de democratización con el surgimiento de movimientos activistas fuera del marco político-partidario liderados por el Movimiento Popular para la Liberación de Angola (MPLA) y que será el responsable de diseñar la nueva arquitectura para la defensa de los derechos humanos ante la situación de neopatrimonialismo presidencialista y partidista (Chabal, 2006; Messiant, 2018). Este proceso se prolongó hasta 2010, cuando se formaron nuevos movimientos activistas que defendían la profundización de la democracia, los derechos humanos y la justicia social, liderados por jóvenes nacidos entre los años 1980 y 2000, residentes en barrios periféricos y pobres, con educación secundaria o universitaria, forjados en el movimiento *hip-hop*, influenciados por la prensa, especialmente la privada, y sin vínculos políticos partidistas [aunque algunos tienen familiares vinculados a partidos políticos tradicionales como MPLA y UNITA]. Ellos, como contemporáneos de la "Primavera Árabe", desarrollarán protestas exigiendo la destitución del presidente José Eduardo dos Santos. Nuestro texto se construye utilizando como sustrato el diálogo entre la memoria y la historia del presente de los jóvenes protagonistas de las luchas por las demandas de derechos civiles y políticos en la sociedad angoleña, así como sus variadas interfaces.

Palabras clave: Angola; activismos; movimientos sociales; democratización.

Introdução

Pretendemos, neste artigo, mapear os movimentos ativistas durante o processo de democratização em Angola entre 1990 e 2022. Nosso objetivo é compreender a trajetória histórica desses movimentos sociais e seus activismos em

Angola, captando o respectivo contributo no processo de democratização³ nos governos de José Eduardo dos Santos (1979-2017) e João Manuel Gonçalves Lourenço (2017-2022), profundamente marcados por autoritarismo, neopatrimonialismo, clientelismo, violação propositada e sistemática dos direitos humanos.

Recuperamos as manifestações e os protestos pacíficos (não violentos) realizados por jovens nascidos entre 1980 e 2000, moradores de bairros periféricos e pobres, com formação média ou universitária, forjados no movimento *hip-hop*, influenciados pela imprensa, sobretudo a privada, e sem vínculo político-partidário, embora alguns tivessem familiares vinculados aos partidos políticos tradicionais como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Partimos da premissa de que o surgimento e a manutenção dos movimentos sociais em Angola cumpriram um papel crucial no processo de redemocratização, tendo contribuído para as mudanças políticas e sociais do País (mesmo que seja por via do próprio MPLA, partido que assumiu o poder desde 1975).

O texto é desenvolvido a partir da pesquisa bibliográfico-documental, biográfica, de jornais públicos e privados nacionais e internacionais, blogs, escritos memorialistas e entrevistas com membros dos movimentos sociais angolanos, compreendendo-os como "aparatos capazes de revelar experiências e memórias individuais e coletivas daquilo que é vivido diretamente no cotidiano dos espaços e tempos concretos, mas considerados em sua totalidade" (Magalhães; Tiriba, 2018, p. 266). A existência dessas fontes nos permitirá entender o contexto político, social e econômico de ocorrência das lutas pela democratização.

O Estado angolano nasceu como nação soberana e livre do colonialismo português a 11 de

³ O conceito foi adaptado ao texto seguindo as pegadas de Samuel Huntington (1991), na obra *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. Para o autor, os processos de democratização em muitos Estados mundiais, sobretudo os africanos, ocorreram como mecanismo de sobrevivência em relação à nova ordem global. Nesse caso, alguns Estados democratizavam-se no intuito de evitar sanções econômicas, bem como porque pretendiam ser aceitos nos grandes blocos econômicos mundiais. No caso de Angola, a democratização foi um instrumento interessante na conciliação das partes beligerantes do conflito civil que vinha desde 1975, bem como um importante mecanismo no reconhecimento do governo suportado pelo MPLA diante da comunidade internacional, uma vez que já se tinha dado o fim da Guerra Fria.

novembro de 1975. Depois do presidente António Agostinho Neto, em 1979, assumiu a presidência da república José Eduardo dos Santos (1979-2017), em meio à guerra civil (1975-2002). Seu consulado enfrentou oposições mais frequentes e constantes a partir de 1990, altura em que se deu o processo de abertura democrática. O ativismo e as oposições derivados desse contexto estavam imbricados com questões ligadas ao fim da guerra civil, má governação, prática de corrupção, enriquecimento ilícito, violação dos direitos humanos e efetivação de maior abertura democrática, demandadas sobretudo pelos ativistas ligados a várias organizações fundamentais daquela época: Associação Cívica de Angola (ACA); Ação Angolana para o Desenvolvimento (AAD); Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA); Open Society, Instituto Democrático para Assuntos Internacionais (NDI); Search for Common Ground; Open Society Angola (OSISA); Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD); Instituto de Sistemas Eleitorais e Democracia; Associação Mãos Livres; Conselho de Direitos Humanos; Plataforma de Mulheres em Ação (PMA); Fundação 27 de Maio; Omunga; Mpalabanda – Associação Cívica de Cabinda; SOS Habitat; Centro Cultural Mosaico. Essas organizações são, em sua maioria, financiadas por instituições estrangeiras. Naquele novo quadro legal, foi criada uma federação sindical em 1996 (CGSILA) (Vidal, 2006).

A característica comum dos recentes movimentos sociais africanos pode ser procurada como produto e resposta a um contexto concreto de privação, negação de direitos e injustiça fomentada pelos Estados antidemocráticos e pouca (ou nenhuma) preocupação em relação aos problemas dos seus cidadãos. Nesse caso, os movimentos sociais africanos são categorizados com o lema da justiça social e econômica (Bussotti; Mutzenberg, 2016). Esses movimentos, por via da ação coletiva, desenvolvem protestos comunais com vista a fomentar mudanças locais nas estruturas de poder nacional (Tilly, 1981).

Ao longo do processo de luta, os ativistas derivados dos anos de 2010 tinham usado novos instrumentos de luta por meio do ativismo digital,

com plataformas como o Facebook, Instagram e Youtube, responsáveis por mobilizar e conscientizar a população a fim de aderir aos atos de protestos que exigiam a democratização do País. Como defende Cruz (2016, p. 78), essas "organizações fizeram questão de criar pequenos boletins informativos impressos, vídeos e potenciaram o uso das Tecnologia de Comunicação e Informação (TICs) que se traduzem num cyber ativismo embrionário". Essa "geração digital" corresponde a uma certa "juventude que através das redes sociais digitais, sites e blogs desenvolve activismos juvenis" (Marcon, 2019, p. 2) que comparecem na esfera pública.

Os protestos políticos em Angola, encetados a partir da década de 2010, se articularam a partir de influências exógenas e endógenas, sendo dignos de realce as movimentações de manifestações mobilizadas pela "Primavera Árabe" no norte da África e os protestos advindos de homens e mulheres angolanos, organizados ou que se manifestaram com aquilo que tinham iniciado a partir das lutas em prol da independência, pela implementação da democracia e pelo alargamento dos direitos civis e políticos. Nesse caso, o dia 7 de março de 2011, cuja data ficou historicamente conhecida como "o toque da alvorada", foi desencadeado por um grupo de jovens ativistas ligados ao Movimento Revolucionário do Povo Lutador de Angola (MRPLA), que realizaram a primeira manifestação antigovernamental na praça da Independência, em Luanda. Depois desse ato, outras contestações se seguiram; no dia 20 de junho de 2015, o Estado angolano provocou ações que desencadearam de forma injusta e ilegal detenção, julgamento, condenação e absolvição de 17 jovens ativistas, os quais mais tarde ficaram conhecidos como os jovens do "processo 15+2 (duas)". Os movimentos sociais e seu ativismo cívico e político em Angola, no final das contas, ajudaram, tal como outras forças político-partidárias na oposição, em particular a UNITA, bem como a oposição interna do MPLA, a pressionar a saída do antigo presidente José Eduardo dos Santos e a entrada do presidente João Manuel Gonçalves Lourenço em 2017 (que

se encontra no seu segundo mandato desde o ano de 2022).

1 Os movimentos ativistas em Angola durante o governo de José Eduardo dos Santos: entre os primórdios da emergência da democracia

À guisa de introdução, pretendemos incluir nesta discussão dois movimentos fundamentais: primeiro, a construção do marco cronológico sobre alguns acontecimentos que marcaram a gestão do presidente José Eduardo dos Santos de 1990 a 2017; segundo, discutir a questão do seu mandato e sua relação com os movimentos sociais, ou, de forma mais alargada, a sociedade civil. Nosso olhar está inclinado a entender os processos de transição democrática que passaram a ocorrer no País a partir da década de 1990 e o alcance da formação e do exercício da cidadania tomado pelos movimentos sociais dentro da nova ordem democrática.

Nossa análise tenta captar a história de Angola em uma perspectiva de longa ou média duração, sobretudo quanto à conquista da independência: as configurações mundiais nas quais teve que se inserir e as cruciais intervenções de atores internacionais, seus recursos, modos de integração na região e no mundo, o estado das forças políticas, militares e sociais, e nomeadamente a natureza e evolução da força que desde a independência (há 30 anos) esteve à cabeça do Estado – até 1991 como “Partido do Trabalho” (Partido Único) e mais tarde como governo de um Estado multipartidário – e que imprimiu sua marca a esses sucessivos sistemas políticos formais (Messiant, 2018).

Trata-se de olhar para a realidade histórica desse país africano que sofreu cerca de 40 anos de guerra, iniciada com a luta anticolonial e prolongada com a guerra civil que se seguiu à independência (11 de novembro de 1975). Após o fim da guerra, com a assinatura do Memorando de Entendimento de Luena entre o MPLA e a UNITA, em abril de 2002, renovou-se a esperança de que uma nação tão rica em recursos naturais desenvolvesse finalmente um sistema político que garantisse um desenvolvimento econô-

mico sustentável e um maior bem-estar social para a sua população. De fato, a expectativa de que a paz permitiria um extraordinário nível de investimento (externo e interno) em atividades produtivas nunca foi tão elevada. Algumas vozes afirmaram que Angola poderia estar à beira de um gigantesco passo em frente, que lançaria as bases para a prosperidade econômica do País e tornaria possível um modelo de desenvolvimento que beneficiasse todos os seus cidadãos (Chabal, 2006) – o que não viria a acontecer no decorrer do tempo.

O antigo presidente José Eduardo dos Santos (sucessor de António Agostinho Neto, o primeiro presidente de Angola e o proclamador da independência a 11 de novembro de 1975) assumiu o poder a 21 de setembro de 1979, em meio a vários acontecimentos que tinham marcado a política doméstica desde a guerra civil (1975-2002), colocando lado a lado a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e o governo liderado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o massacre do 27 de maio de 1977, a questão da Guerra Fria, a implementação de democracia multipartidária e o alcance da paz a 4 de abril de 2002.

Seu governo ficou marcado com a visão ideológica marxista-leninista (tendo como bandeira política e econômica o socialismo e a economia planificada) durante as décadas de 1980. O ambiente ocasionado pelo fim da Guerra Fria viria trazer novos cenários à política angolana, sendo relevante o destaque aos acordos de Gbadolite, a 22 de junho de 1989, e os acordos de Bicesse, de 31 de maio de 1991. Esses acordos lançaram as bases para o alcance da paz e as discussões sobre a implementação da democracia multipartidária (António, 2013). Portanto, a falta de tradição democrática impediu a emergência de organizações da sociedade civil, que somente surgiram no início da década de 1990 com a transição para o multipartidarismo, como é desenvolvido a seguir (Vidal, 2006). Houve, naquele momento, alterações na Lei Constitucional introduzidas em março de 1991, por meio da Lei n. 12/1991, que se destinaram à criação

das premissas constitucionais necessárias à implementação da democracia multipartidária, à ampliação do reconhecimento e garantias dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, assim como à consagração constitucional dos princípios basilares da economia de mercado. Essa realidade ocorreu na base da Lei de Revisão Constitucional n. 23/1992, de 16 de setembro. Esta trouxe profundas mudanças com a democratização da vida política, desenvolveu o setor privado e promoveu uma maior participação da sociedade civil na vida política. A passagem para o Estado Democrático e de Direito trouxe enormes mudanças no quadro jurídico do País, criando leis importantes, como a Lei das Associações⁴, a Lei dos Partidos Políticos Independentes⁵, a Lei do Direito à Greve⁶, a Lei de Liberdade de Imprensa⁷ e a Lei de Reunião Pacífica⁸. Esses dispositivos legais facilitaram a transição constitucional ao consagrar o multipartidarismo (António, 2013), a despartidarização das instituições do Estado, a ampliação do reconhecimento dos direitos, garantias e liberdades dos cidadãos, os princípios de separação de poderes e de interdependência dos órgãos de soberania e os princípios relativos a uma economia de mercado.

Uma nova revisão constitucional em 1991 (lei 12/91), simplesmente aprovou os princípios básicos de uma democracia multipartidária, definindo Angola como um Estado democrático, de Direito, consagrando vários direitos fundamentais e princípios básicos de uma economia de mercado. Legislação complementar foi aprovada, incluindo o direito de manifestação (lei 16/91), de associação (lei 14/91), liberdade de imprensa (lei 25/91), greve (lei 23/91) e radiodifusão independente (lei 16/92). Mais tarde, uma mais abrangente revisão da constituição foi aprovada em vésperas de eleições, enquadrando o novo figurino econômico e sociopolítico. O novo quadro legal abriu espaço para a emergência de partidos políticos da oposição e para as organizações da chamada sociedade civil – organizações das Igrejas, meios de comunicação social privados, sindicatos profissionais independentes e ONGs. A rádio e a televisão governamentais tornaram-se ligeiramente pluralistas e uma

onda de greves emergiu em 1991/92 (Vidal, 2006, p. 65).

Para Christine Messiant (2018, p. 171), Angola, "com a abertura democrática em 1990, havia iniciado uma tripla transição: da guerra à paz; de um Estado ditatorial de tipo marxista-leninista a um Estado democrático multipartidário; e de uma economia 'socialista' administrada a uma economia liberal de mercado". Ou, ainda (Messiant, 2018, p. 05), "o partido-Estado é obrigado, em 1990-1991, a proceder à liberalização econômica e depois política, a negociar e a engajar-se numa 'transição democrática' e até mesmo na realização de eleições que supostamente poderiam resolver o conflito armado".

O ambiente democrático permitiu o emergir de mais partidos políticos (para além do MPLA e da UNITA): PRS (Partido de Renovação Social), MPDA (Movimento para a Democracia em Angola), PSIA (Partido Social Independente de Angola), UND (União Nacional para Democracia), ANIA (Aliança Nacional Independente de Angola), UAPDD (União Angolana pela Paz, Democracia e Desenvolvimento), PSL (Partido Socialista Liberal), FDA (Fórum Democrático Angolano), POSDA (Partido Operário Social Democrático Angolano), UNPD (União Nacional Patriótica para Democracia), PDP-ANA (Partido Democrático para o Progresso de Aliança Nacional de Angola), PAJOCA-PP (Partido de Aliança da Juventude, Operários e Camponeses de Angola) (Hodges, 2002). Esses partidos tinham participado das eleições legislativas e presidenciais de 29 e 30 de setembro de 1992, que consagrou o MPLA e o seu líder (o MPLA ficou com 54% dos votos válidos, com 129 assentos parlamentares, 220 deputados; a UNITA conquistou 34% com 70 deputados; o PRS alcançou 2% com 6 deputados; a FNLA obteve 2% dos votos e elegeu 5 deputados; no campo presidencial, José Eduardo dos Santos ficou com 49% abaixo do resultado alcançado pelo seu partido MPLA nas legislativas e sem a maioria

⁴ Com seu funcionamento independente do Estado. Lei n. 14/1991.

⁵ Lei n. 15/1991.

⁶ Lei n. 23/1991.

⁷ Lei n. 25/1991.

⁸ Lei n. 14/1991.

absoluta e o seu principal rival, Jonas Savimbi, reuniu 41% dos votos) como vitoriosos, num ambiente marcado por acusações de fraude e de retomada da guerra civil, que inclusive impediu a realização da segunda volta para as eleições presidenciais (Juará, 2005). No dia 20 de novembro de 1994, celebrou-se o Protocolo de Lusaca, na Zâmbia, entre a UNITA e o governo, para pôr fim ao conflito, o que se efetivou apenas a 4 de abril de 2002, com a morte do líder da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, no Moxico.

Neste sentido, o mandato do presidente José Eduardo dos Santos teve outros desdobramentos importantes: as eleições de 2008, a alteração da Constituição de 2010 e a realização das eleições de 2012. Todavia, seu consulado ficou marcado por autoritarismo, neopatrimonialismo, clientelismo e pobreza extrema da maioria da população. Para Chabal (2006, p. 32), a "configuração do poder gira em torno de uma forma de neopatrimonialismo que depende de uma astuta cooptação e de um autoritarismo modulado em formas que transcendem o que é frequentemente entendido como domínio crioulo". O patrimonialismo descrito anteriormente existe desde a conquista do novo Estado independente, em que as elites no seio do partido no poder criaram um sistema de apropriação e distribuição dos recursos públicos com o objetivo de assegurarem a hegemonia política e econômica, gerindo equilíbrios políticos internos e cooptando, sempre que possível, potenciais ou declarados rivais ligados à UNITA ou à sociedade civil, numa clara visão de enfraquecimento da oposição política em Angola. O partido único foi rapidamente encarado como o instrumento central de gestão de todo o sistema, operado mediante a afetação de cargos na estrutura partidária e governamental (Vidal, 2006).

O interessante é que essa prática tinha sido desenhada ainda durante o governo de António Agostinho Neto, mas foi aprofundada com o mandato de José Eduardo dos Santos; este, ao mesmo tempo que decorria a guerra civil fratricida, constituiu uma espécie de "Estado paralelo". Esse "Estado" tinha uma administração político-formal centrada na Presidência da República e uma

estrutura paralela representada pela petrolífera estatal Sonangol, que mantinha relação intrínseca com o capital internacional por meio da venda do petróleo às multinacionais que operavam no território nacional, o que impulsionou o surgimento de um pequeno grupo de pessoas no interior do partido MPLA, configurando, assim, a "Oligarquia capitalista angolana" (Oliveira, 2015). Por um lado, o neopatrimonialismo foi caracterizado pela privatização dos principais setores produtivos do Estado, marcados por ilegalidades, desinstitucionalizações, compadrios, nepotismos e favorecimento à família do presidente José Eduardo dos Santos e à *nomenklatura* do partido-Estado (há a partidarização das instituições do Estado como uma continuidade do regime de partido único iniciado em 1975), o que fomentou a "acumulação primitiva do capital" por via do petróleo. Do outro lado, houve uma viragem clientelista que possibilitou a essa *nomenklatura* rentabilizar, com lucros, seus privilégios em uma economia "informal", na prática "dolarizada", ilegal e da qual ela é a principal beneficiária. Segundo Messiant (2018, p. 5),

A centralização do poder para conduzir a guerra depois de 1992 vai permitir uma concentração crescente da riqueza ao nível da cúpula: a predação contínua do petróleo, as comissões sobre os grandes negócios de armas que continuaram, depois de Lusaca, para uma possível guerra em Angola e, a partir de 1996, guerras além-fronteiras, as comissões sobre as importações que dão aos que mais se beneficiam da predação.

Os lucros do petróleo são "Investidos em atividades produtivas, mas antes usados para enriquecimento pessoal e objetivos patrimoniais, em grande parte improdutivos. O montante das receitas de exportação é tal que permite aos governos comprar apoio político ou comprar a solução para a maioria dos seus problemas políticos" (Chabal, 2006, p. 37).

O patrimonialismo angolano do pós-independência começou por ser de natureza partidária (durante a administração de Agostinho Neto), para depressa tornar-se presidencial. O patrimonialismo presidencial continuava a significar que o partido era o principal instrumento de

distribuição de benefícios e privilégios sociais e materiais. Contudo, dadas as receitas decrescentes causadas pelo esforço de guerra e pela rutura do setor produtivo fora da indústria petrolífera, a distribuição foi-se contraindo e aqueles que se situavam nas margens da pirâmide patrimonial – social e economicamente mais desfavorecidos – perderam uma boa parte do seu “quinhão do bolo”. O usual desequilíbrio no acesso aos recursos do Estado entre elites governantes e populações governadas agravou-se e o patrimonialismo tornou-se crescentemente “elitista” enquanto se tornou presidencialista (sobretudo durante a administração do presidente Eduardo dos Santos, ao longo da década de 1980). Tornou-se extremamente concentrado no topo, nas mãos de poucos (a presidência e uma elite) e praticamente excluiu a maioria da população de qualquer participação política efetiva no âmbito do “patrimonialismo pós-moderno para o distinguir do patrimonialismo moderno que existiu durante a administração de Agostinho Neto” (Vidal, 2006, p. 53).

Angola, o segundo maior produtor de petróleo na África subsaariana, tem sido repetidamente perseguida por alegações de extrema corrupção e má administração. Para se ter alguma ideia, em 2004, a Human Rights Watch documentou como o governo não conseguiu explicar o desaparecimento de aproximadamente US\$ 4 bilhões entre 1997 e 2002. A Transparência Internacional classificou Angola em 142º lugar no seu Índice de Percepção de Corrupção de 2006, em pesquisa realizada em 163 países. De maneira semelhante, o International Budget Project, uma organização não governamental independente que mede a transparência do orçamento de governos, relatou que Angola foi um dos países mais obscuros na transparência do orçamento em sua pesquisa de 59 países em 2006⁹. A corrupção endêmica em Angola é uma das principais causas de subdesenvolvimento que, de forma muito especial,

mantém uma grande parte da população numa situação de pobreza extrema. A pobreza e as enormes desigualdades mantêm-se generalizadas por todo o País. De acordo com números recentes, 43,4% da população vivem abaixo do limiar da pobreza (com menos de US\$ 1,25 por dia), taxa que aumenta consideravelmente nas zonas rurais¹⁰. Enquanto a elite angolana usava o rendimento do petróleo para comprar ativos no estrangeiro, em Angola as crianças passavam fome e miséria. A taxa de mortalidade infantil (até os cinco anos de idade) de Angola estava no topo da lista: era a oitava maior do mundo, com 161 mortes em 1.000 crianças por ano, o que representa 116 mil mortes todos os anos. A subnutrição explicava um terço desses óbitos de crianças¹¹.

O futuro político de Angola passou a ser provavelmente condicionado pelo fato de ser rico em minerais, e as receitas do petróleo estavam totalmente nas mãos da Sonangol, que era controlada pelo presidente e, desse modo, em grande parte, estava fora do alcance do governo e de qualquer supervisão administrativa-parlamentar. Essa realidade evidencia certa clareza sobre o quanto está presente o patrimonialismo presidencial que exerce o controle sobre o principal recurso angolano, o petróleo, e que beneficia apenas determinada elite política grudada ao partido no poder (Chabal, 2006). A título de exemplo, temos Isabel dos Santos, filha de José Eduardo dos Santos, uma mulher que investiu fortemente em Portugal e adquiriu posições estratégicas em empresas de petróleo, telecomunicações e turismo. A “*princesa Isabel*”, considerada a mulher mais poderosa da África pela Forbes, passou a ser a face mais visível de um movimento que envolvia toda a elite angolana que enriqueceu fabulosamente no governo de José Eduardo dos Santos. Em junho de 2016, Isabel dos Santos assumiu a presidência da petroleira Sonangol de modo a assegurar a presença da família dentro

⁹ Disponível em: https://www.hrw.org/legacy/portuguese/docs/2006/12/15/angola14880_txt.htm. Acesso em: 10 nov. 2023.

¹⁰ Disponível em: https://www.fidh.org/IMG/pdf/report_angola_obs_por.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023.

¹¹ AFRICA PROGRESS REPORT 2013. Disponível em: <https://int.nyt.com/data/documenttools/2013-relatorio-afrika-progress-report-2013>. Acesso em: 29 nov. 2023.

da empresa mais importante do País durante a transição política¹².

É do quadro da emergência da democracia e do neopatrimonialismo construído dentro dos fundamentos partidários e depois presidencial que se construiu a nova sociedade civil que cumpria naquele contexto duas funções: promover a paz e a reconciliação nacional (em um momento de guerra civil); e exigir o respeito pelos direitos, civis, políticos e econômicos, apoiando e defendendo os mais desfavorecidos e denunciando o autoritarismo instalado no País. As reformas legais de 1991-1992 e o processo eleitoral abriram espaço para a sociedade civil – organizações religiosas, Igrejas, *media* privados, sindicatos independentes e ONGs que surgiram dentro de um quadro legal concedido pelo Estado, o que pressupõe limitações e controle.

A primeira associação vinculada à sociedade civil criada fora dos marcos político-partidários em 1990 foi a Associação Cívica Angolana (ACA), em circunstâncias de lutas, resistências e oposição ao regime. Posteriormente, emergiram organizações não governamentais, grupos comunitários e associações profissionais, enumeradas anteriormente na introdução. Tais organizações são, em sua maioria, financiadas por instituições estrangeiras. Nesse novo quadro legal, foi criada em 1996 a Central Geral de *Sindicatos* Independentes e livres de *Angola* (CGSILA), acabando com o monopólio da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA) (sindicato criado desde o período colonial e que foi capturado no pós-independência pelo MPLA, para defender os interesses dos trabalhadores ligado ao partido-estado). Surgiram outros sindicatos, como o dos professores (Sinprof) e o dos jornalistas (SJA) (Vidal, 2006). Esses movimentos sociais se tinham transformado “num verdadeiro *pivot* do processo de consciencialização dos cidadãos para a causa da paz e da reconciliação nacional” (Andrade, 2006, p. 103) e, posteriormente, pela luta em prol dos direitos humanos elementares como habitação, saúde, educação, imprensa e

alimentação.

A sociedade civil angolana apresentou alguma evolução em termos qualitativos e quantitativos em Luanda, mas também em outras províncias, onde, ainda que timidamente, vão-se alastrando iniciativas de carácter cívico por parte de organizações de natureza e âmbito diversos. Diferentes organizações têm-se coligado e feito parcerias para vários projetos e iniciativas. Temos hoje a Coligação para a Terra, a Coligação para a Transparência e a Coligação para a Reforma Constitucional. É óbvio que a ação e a eficácia dessas iniciativas estão em parte dependentes da própria maturação dos seus atores cívicos e, em parte, da abertura que houver do Estado em reconhecer a inevitabilidade e as vantagens da interação com a sociedade civil e das parcerias público-privadas no quadro da gestão democrática das instituições públicas (Vidal, 2006).

Cita-se como exemplo o caso, entre 2002 e 2006, em que o governo de Angola levou a cabo pelo menos 18 despejos em massa envolvendo violência e utilização excessiva da força, em violação das suas obrigações internacionais e nacionais. O governo não tinha respeitado as salvaguardas processuais consagradas no direito internacional e interno, nem concedeu uma indemnização adequada (apesar de algumas pessoas posteriormente terem acesso a residências no projeto evolutivo e terrenos para construção de residências nas seguintes zonas de Luanda: Zangu, Panguila, Sapu, Camama e Fubu). O governo ignorou, antes de proceder ao despejo, as consequências humanitárias decorrentes, particularmente sobre grupos vulneráveis como idosos, mulheres e crianças, e não apurou se os moradores tinham direitos sobre as suas terras ou habitações¹³. Felizmente, foi desse quadro que se formou a organização SOS Habitat, que se juntou às vítimas dos despejos e desenvolveu lutas pela preservação da dignidade das populações afetadas, pelo que os ativistas foram alvo de detenções por parte das instituições do Estado, vulgo “polícia nacional”, como parte repressiva

¹² Disponível em: https://brasil.eipais.com/brasil/2016/12/15/opinion/1481826653_564012.html#?rel=mas. Acesso em: 29 nov. 2023.

¹³ Disponível em: <https://www.hrw.org/legacy/portuguese/reports/angola0507/7.htm>. Acesso em: 29 nov. 2023.

do Estado. Sobre esse assunto, Vidal (2006, p. 82) argumenta:

A "SOS Habitat" é provavelmente aquela que mais dificuldades enfrenta na medida em que tem desafiado importantes interesses imobiliários em Luanda. O seu líder – Luis Araújo – e vários outros membros da associação foram recentemente agredidos e presos por se oporem a mais uma ação de expulsão violenta. Para além destes problemas têm ainda uma acrescida dificuldade de acesso aos doadores e organizações internacionais financiadoras, que não raras vezes evitam financiar a associação para não ferir suscetibilidades no governo. Juntamente com a representação local da Open Society e o presidente da Frente para a Democracia (FpD – partido da oposição parlamentar, membro da AD-Coligação), a "Associação Mãos Livres" desempenhou um papel igualmente relevante no primeiro grande caso de expulsão violenta de comunidades – bairro da Boavista em 2001 –, feita pelo governo provincial para prosseguir projetos de urbanização em Luanda. As pressões combinadas destas organizações levaram o governo provincial a prometer compensações e realojamento aos moradores expulsos dos seus lares. Casos similares de expulsões violentas de moradores de bairros periféricos continuaram a ocorrer nos anos seguintes e a associação levou alguns deles a tribunal. Uma nova associação surgiu em 2002 no bairro do Benfica para lidar especificamente com estas situações – "SOS Habitat" – juntando algumas organizações comunitárias de base.

Se, de um lado, existiu esse tipo de ativismo virado ao direito à habitação ou mesmo à terra, outras personalidades do ativismo em estudo englobam os trabalhos de Makuta Konde, William Ntone, Rafael Marques, o deputado Mfulupinga Nlando¹⁴ Víctor e o jornalista Ricardo de Melo¹⁵. Repare-se que, àquela altura, já havia as manifestações dos jovens do Partido de Apoio Democrático e Progresso de Angola (Padepa) contra o silêncio da Procuradoria-Geral da República (PGR) em relação a casos de desvios de fundos públicos, no dia 16 de junho de 2004 – manifestações comandadas pelo líder Carlos Leitão. Esse partido, sem assento parlamentar, já vinha se posicionando contra a estrutura governativa desde a década de 2000 (Lança, 2015).

Os limites da abertura política e as fragilidades do modelo de desenvolvimento adotado permanecem como características estruturais de um sistema de poder que se mantém hegemônico em detrimento de outras forças políticas. Essas associações cívicas, culturais, recreativas e não governamentais (ONGs) ampliaram-se vertiginosamente, num esforço que pode ser entendido como a resposta dinâmica da sociedade civil em busca de uma identidade e de uma legitimidade capaz de dar corpo a uma cidadania ativa, num ambiente democrático e participativo (Abreu, 2006; Telo, 2012). Porém, tal contexto foi inaugurado pura e simplesmente por uma democracia eleitoral, à medida que os Estados africanos, em particular o angolano, procuraram controlar e limitar a opinião pública, em detrimento da promessa de mais liberdades (Bussotti; Mutzenberg, 2016). Esses eventos ficaram marcados por processos fraudulentos derivados da ação do partido no poder.

Os múltiplos obstáculos que o processo de democratização tem enfrentado se fazem sentir a um tal ponto que certos autores questionam a validade heurística do emprego da expressão "transição política", preferindo, em seu detrimento, os significados veiculados pelas expressões de "reconversão" ou de "recomposição" do poder. Essas expressões procuram precisamente assinalar, teórica e empiricamente, as dinâmicas de continuidade e de recomposição das formas de exercício de poder e de governação de cariz autoritário, excludente e repressivo. Ocorre que esse contexto, o controle da esfera pública da parte do regime controlado pelo MPLA, ocasionou, em parte, violações dos direitos humanos, repressão política e cerceamento das liberdades dos jovens ativistas.

A visão filosófica-política desses jovens conduziu à inferência segundo a qual os angolanos têm sido governados por um regime bárbaro,

¹⁴ Mfulupinga Nlando Víctor foi mortalmente atingido por disparos de uma metralhadora do tipo AK 47, por desconhecidos, na noite do dia 3 de julho de 2004, horas depois de ter participado de uma reunião do Conselho da República, órgão de que era membro (Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/assassinato-mfulupinga-deputado--pdp-ana/1693756.html>, Acesso em: 29 nov. 2023).

¹⁵ O jornalista foi morto aos 38 anos na madrugada de 18 de janeiro de 1995, a tiros, quando subia as escadas do prédio onde vivia, em Luanda. O seu corpo foi encontrado sem vida, por uma criança, às 6h, no corredor de um andar abaixo, que alertou a sua esposa, Arminda Mateus (Disponível em: <https://www.club-k.net/~clubk/id=31887:ricardo-de>, Acesso em: 15 nov. 2023).

uma ditadura traduzida numa governação mafiosa assente nos ditames do presidente da República, cujo estilo de gestão do País continua a promover a depredação do erário público, o nepotismo, a violação grosseira da Constituição, a corrupção e o assassinato de cidadãos contestatários ao regime, e realizando eleições encenadas politicamente, ou seja, "para inglês ver", um mero instrumento de manutenção do regime de José Eduardo dos Santos e sua ditadura.

Do outro lado, o neopatrimonialismo presidencial se configurou como um instrumento de poder por meio do qual se elaborou cuidadosamente a estratégia da cooptação e repressão dos grupos defensores dos direitos humanos. À medida que passou a ter o controle absoluto sobre as receitas do País, tendeu a utilizar esses fundos patrimoniais para angariar e gerir os apoios, controlar as forças armadas e a polícia, de forma a exigir obediência e evitar os perigos de qualquer desafio significativo. A estrutura de cooptação assentava em uma *nomenklatura* do regime (deputados, ministros e vice-ministros, chefes do exército e da polícia, altos magistrados), naqueles próximos ao presidente (Conselho da República, a quem se atribui, pelo exercício das suas funções, vantagens exorbitantes), mas também em toda uma parte "da sociedade civil", nomeadamente um pequeno número de organizações não governamentais que se beneficiava de subvenções do Estado (Chabal, 2006). A hegemonia política e a manutenção do poder passaram a ser feitas com base na criação de uma "sociedade civil de fantoche", ou seja, associações manipuladas e proativas aos interesses do partido no poder, defendendo um falso pluralismo democrático. Ressalta Chabal (2006, p. 81):

Começaram a emergir Organizações da Sociedade Civil "politicamente corretas", financiadas por bônus sociais do petróleo e privilegiadas no relacionamento com as estruturas estatais e governamentais; um processo que se iniciou em 1996 com a "Fundação Eduardo dos Santos – FESA", seguida pelo "Fundo Lwini de Solidariedade Social", da primeira-dama Ana Paula dos Santos, e por várias outras or-

ganizações dentro da mesma lógica, criadas por membros do topo do regime ou cooptadas ao longo dos anos (AJAPRZ, "Criança Futuro", "Ação Solidária", "Amigos do Rangel").

José Eduardo dos Santos é o nome do ex-presidente de Angola falecido aos 79 anos no dia 8 de julho de 2022, vítima de doença (AVC), na Espanha. Ficou no poder por cerca de 38 anos, com um legado de violação dos direitos humanos, corrupção e má governação¹⁶ em um país cujas organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais esperavam apenas o cumprimento da Constituição que previa Angola como Estado Democrático de Direito. Após o memorando do Luena de 4 de abril de 2002, não houve marcas de efetiva democratização do regime.

A presidência e os escalões cimeiros do MPLA mantêm um apertado controlo sobre o Estado, as suas instituições e recursos, usando-os para manter a sua hegemonia política e econômica. Os partidos da oposição e as Organizações da Sociedade Civil – OSC, enfrentam graves constrangimentos (Vidal, 2006, p. 68).

Todavia, os ativistas dessas organizações da sociedade civil agiram como freios à tendência regressiva, ditatorial e monolítica, que se pretendia impor no período de guerra, na década de 1990 e após 4 de abril de 2002, quando protagonizaram o compromisso de lutar pelos Direitos Humanos, pela democratização das instituições e por uma governação transparente (Vidal, 2006).

1.1 Os novos movimentos ativistas

Como ficou desenvolvido no subtema anterior, a sociedade civil angolana tem uma gênese particular (a sua afirmação, em um primeiro momento, é impulsionada pela necessidade de colaborar pelo fim da guerra e da reconciliação nacional e, posteriormente, envolver-se na defesa dos direitos humanos, sobretudo no pós-guerra civil) que levou a que fosse (e continua ainda por vezes a ser) maliciosamente associada ou confundida com os partidos políticos da oposição devido ao estreitamento de relações ou colaborações

¹⁶ Disponível em: <https://negre.com.br/quem-foi-jose-eduardo-dos-santos-que-governou-angola-por-quase-40-anos/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

na sua atuação. É preciso frisar que, apesar de historicamente os dois grupos em Angola terem lutado por interesses comuns em alguns momentos, eles se distinguem (sociedade civil) por não concorrerem para o alcance, a gestão e a manutenção do poder, contrariamente aos partidos políticos. O que move a sociedade civil, isto sim, é sempre a melhor governação, a melhor resposta aos interesses e anseios das populações, ou seja, atuam como grupos de pressão junto do poder do Estado representando pautas com interesses específicos (Vidal, 2006). É preciso ressaltar que Adam Branch e Zachariah Mampilly (2015), com o artigo "*Africa uprising: popular protest and political change was first*", fazem uma interessante discussão sobre os protestos na África. Os dois tipos de protestos ocorrem dentro da sociedade política, mas diferem de acordo com a forma como são capazes de superar a fragmentação interna da sociedade política para alcançar mobilizações de massa. Protestos localizados ocorrem quando círculos eleitorais específicos – sejam eles organizados em torno de bairro, situação de moradia, ocupação, gênero, etnia, idade – levam seus protagonistas às ruas para fazerem exigências a um Estado indiferente por melhorias das suas próprias condições.

Em Angola, os novos movimentos sociais e seus ativismos articularam-se de forma heterogênea (construída por uma geração que vive em paz do calar das armas desde 2002) e, todavia, emergiram como resposta às demandas sociais, políticas e econômicas (pobreza, desigualdade, corrupção e acesso limitado a serviços básicos). Esses jovens, na sua maioria, são oriundos de bairros periféricos e descendentes dos revolucionários que dedicaram suas vidas à luta pela independência que culminou no atual regime, o qual se anunciava socialista e democrático no passado; uma geração nascida entre as décadas de 1980 e 2000, vítima das mazelas de um país capitalista e profundamente desigual, que prospera economicamente e cultiva, a despeito disso, um caos social decorrente da falta de políticas

públicas em vários setores, sendo sustentado por um poder neopatrimonialista presidencialista e clientelista (Oliveira, 2015). Eles, apesar de serem vítimas do descaso do Estado em relação à educação, são amantes da leitura e da arte, ou, propriamente, do conhecimento.

Os novos movimentos sociais aglutinam músicos, engenheiros, professores universitários, trabalhadores por conta própria e estudantes, mas são infelizmente incompreendidos e chamados de "arruaceiros" por quem detém o poder político (Cordeiro, 2015), como fica destacado na entrevista do presidente José Eduardo dos Santos em 2013 à SIC, ao falar dos "jovens com certas frustrações, que não tiveram sucesso durante a sua vida escolar e acadêmica e não conseguiram uma boa inserção no mundo do emprego"¹⁷. Estimulados por protestos, greves, pressões, manifestações populares, procuraram derrubar o autoritarismo instalado pelo MPLA por via de José Eduardo dos Santos há mais de 35 anos de governação (Gohn, 2004), usando meios de luta política não violenta (no fundo, são jovens ativistas ávidos por contribuir ao processo de democratização).

No geral, emergiram por via de protestos contra a longevidade no poder do presidente José Eduardo dos Santos e pela violação sistemática e propositada dos direitos humanos. No contexto do ano de 2011, altura em que os jovens ativistas, sem vínculo político-partidário ou com ONGs supracitadas, decidiram desencadear protestos contra o presidente José Eduardo dos Santos, havia consenso de que Angola era uma ditadura, e sobre isso Laurinda Gouveia (membro do processo dos 15+2 (duas)), jovem mulher ativista, defendia: "nós vivemos uma ditadura, porque se fosse democracia na verdadeira essência, os jovens não estariam presos" (Gouveia, 2015). As manifestações desencadeadas a partir de 2011 pelos ativistas usavam como palavras de ordem "Zé Eduardo é ditador!", "Ti Zé fora!", "Polícia come mal, Zé Eduardo come bem!", "Pão para todos, educação para todos, liberdade para todos!",

¹⁷ Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/nao-ha-risco-de-instabilidade-social-em-angola-diz-jose-eduardo-dos-santos_n657432. Acesso em: 29 nov. 2023.

"Viva a democracia! Viva a liberdade! Viva Angola!" Era um apelo à democratização de um país que tinha perdido a oportunidade de fomentar políticas sociais e econômicas mais inclusivas (Oliveira, 2015).

Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter (1988, p. 84-85 *apud* Miguel; Magalhães, 2023) consideram que, em contexto autoritário, as

[...] expressões culturais e artísticas individuais mantêm fortes vínculos com algumas coletividades tais como universidades, revistas literárias, discussões acadêmicas associações profissionais e centros de pesquisas. Na verdade, corrompem as bases normativas e intelectuais do regime. [...] o aparecimento de livros e revistas dedicados a assuntos a muito suprimidos pela censura; a conversão de antigas instituições – sindicatos, associações de classe e universidade – de agentes de controle governamental em instrumentos para expressão de interesses, ideias e raiva contra o regime; a emergência de organizações de base que articulam exigências a muito reprimidas ou ignoradas pelo regime autoritário, que no caso se aproxima em demasia com o angolano.

Alguns desses jovens ativistas construíram o discurso político por via da influência do movimento *hip-hop*, em particular a música *rap*. Neste caso, membros desse movimento, que mais tarde seria apelidado de a "Geração da Mudança"¹⁸, carregavam no seu "arcabouço epistêmico" o estímulo cultural-artístico proporcionado pelo movimento *hip-hop*, uma ferramenta que passou a ser imprescindível para a expressão da juventude e para a crítica social e política em Angola por meio das músicas "*rap underground*"¹⁹ ou "*rap consciente*"²⁰, ou daquilo que ficou conhecido como o "microfone político": música de intervenção social e política que denunciava os abusos de poder, a corrupção, a má governação, e ajudava a construir uma consciência política, bem como fomentava a criação de uma nova identidade cul-

tural no seio da sociedade angolana. Alguns dos atores e grupos que se engajaram diretamente nas manifestações foram o Movimento Terceira Divisão, Henrique Luaty da Silva Beirão (conhecido na música como Brigadeiro Mata Frakuzx e Ikonoklasta), Jaime MC, MCK, Flagelo Urbano e os Pobres sem Culpa. A consciência política e cívica dos jovens que começaram os movimentos de resistências foi influenciada pelo *hip-hop*, visto que muitos desses jovens conheceram artistas e músicas, ou boa parte deles tentou fazer música, cantando, escrevendo, ou brincando de ser *rapper*, como acontecia em várias partes do País (Luaty Beirão, 2018 *apud* Santos, 2019). Para Hitler Tchissonde Samussuku (2022),

Antes de 2011 já fazíamos coisas ligadas ao ativismo porque eu comecei no movimento *hip-hop* e no movimento *hip-hop* tinha coisas que fazíamos que já estavam ligadas ao ativismo. Nós já fazíamos as manifestações antes das manifestações terem começado no primeiro de maio. Antes de 2011.

Esses jovens foram capazes de elaborar um projeto político por meio do *hip-hop* como expressão da luta cívica e política, e passaram a reivindicar a esfera pública diante de vivências das pessoas, sofrimentos, exclusões, violência e dominação autoritária do poder político. No cerne dessa proposta, apoiada na transformação cultural e política dos jovens angolanos, estão vários *rappers* que, em suas letras, vídeos e em suas participações ativas nos protestos, produzem um discurso de forte impacto e penetração social sobre a violência policial e os ataques aos direitos humanos por parte do governo, promovendo, por intermédio de sua poética, os valores igualitários dos jovens das periferias angolanas.

Para Milene Cassia Silveira Gusmão e Salete

¹⁸ O conceito "Geração da Mudança" ficou cunhado oficialmente em 2014 a partir do DVD que retratou o histórico das manifestações em Angola desde 2011. O DVD que foi divulgado para a sociedade no geral incluiu vídeos inéditos e imagens chocantes de espancamentos e torturas contra vários manifestantes e jornalistas nacionais e estrangeiros que reportavam sobre as manifestações (Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/a-verdade-sobre-as-manifestações-angolanas-em-dvd/a-17354058>. Acesso em: 13 nov. 2023).

¹⁹ O termo *rap underground* pode estar ligado ao estilo de música descrito como *hip-hop* alternativo (em que os próprios artistas se relacionam com gravadoras independentes) ou também como *rap* alternativo (que se define como um estilo musical próprio, diferenciado do *rap* mais comum, como o *Gangsta Rap* e o *Political Hip-Hop*) (Lourenço, 2010).

²⁰ *Hip-hop* consciente ou *hip-hop* socialmente consciente é um subgênero do *hip-hop* que incide sobre questões sociais. Necessariamente, não é abertamente político, mas discute os problemas e conflitos sociais. Temas do *hip-hop* consciente incluem religião, aversão à violência, o lado afro-americano e latino-americano da cultura, o avanço da economia, ou representações de vida simples nos projetos de habitação, que revelam a luta das pessoas comuns. *Grandmaster Flash* foi um dos primeiros e de grande influência política em música *hip-hop* consciente, condenando a violência, a pobreza e a morte da juventude negra da época (Lourenço, 2010).

Nery (2013, p. 9),

[...] os jovens vivem encadeando as artes de fazer, as temporalidades e os sujeitos que inventam a cultura por meio da memória. Dinâmicas de gênero e práticas culturais diversificadas, mas todos falam sobre as insinuações do passado no presente. Há uma forte articulação entre a memória e as expressões culturais. A memória só é acessível em função de uma situação vivida. Não existe uma única versão, nem definitiva do passado. A memória tem uma força produtiva, porque se faz *locus* de encontros, cruzamentos e deslocamentos. Ai incluindo os deslocamentos das significações dominantes de espaço e tempo, como daquela que encerra experiências sociais em posições estáticas no interior de figurações ou campos culturais predefinidos.

Uma categoria interessante de ser vista também terá sido a presença do ciberativismo ou ativismo digital, por meio do uso das redes sociais para organizar, mobilizar, publicitar e visibilizar os atos de protestos, como são as manifestações nas plataformas do Facebook, Twitter e WhatsApp. As redes sociais também podem atuar como instrumentos de denúncia de abusos de poder, fiscalização dos atos dos atores públicos e instrumento de produção de arquivos subterâneos ou subalternos. A construção do "arquivo subalterno e a partir do qual se constroem as referidas cronologias – desde materiais audiovisuais (fotos, vídeos) a documentos (de ordem jurídica ou quase-jurídica), testemunhos (orais, escritos, audiovisuais) e, também, os próprios eventos que descrevemos na cronologia abaixo" (Blanes, 2016, p. 79) – é parte do trabalho desenvolvido por essas redes sociais para salvaguardar a memória dos acontecimentos. No caso dos jovens ativistas angolanos que também eram blogueiros, jornalistas e influenciadores digitais, a partir do ano de 2012, tinha-se decidido criar a Central 7311²¹, *site* que passou a servir de espaço de comunicação pública dos jovens ativistas que organizaram a manifestação pela "Liberdade de Expressão em Angola", no dia 2 de abril de 2011. O número 7311 surgiu na sequência da primeira manifestação que aconteceu no Largo da Independência no dia 7 de março de 2011 e se transformou rapidamente no

maior acervo do movimento revolucionário. O *blog* ajudou a produzir arquivos do movimento "Revú" tendo em conta a construção de uma narrativa epistemológica fora da lógica do poder responsável por produzir uma narrativa hegemônica por meio das suas estruturas mediáticas. Nessa altura, desenvolveu-se um ativismo digital que pode ser percebido a partir da seguinte narrativa de Frank Marcon (2019, p. 192):

O visual, o sonoro, o escrito e o dramático se tornaram formas de agências estéticas predominantes nas manifestações políticas de protesto e de ativismo na última década, seja no espaço topográfico da cidade ou no ciberespaço. Estou chamando de agências estetizadas aquelas formas de ação, de narrativa e de comunicação que emergem da intencionalidade das expressões sensíveis dos sujeitos, negociadas entre quem as produz e quem as consome, ou entre quem as propaga e quem as recebe, considerando que ambos são produtores de sentido neste processo. Quando relaciono tal agência com a questão do protesto, das mobilizações e dos ativismos contemporâneos, quero dizer que as pessoas envolvidas nessas manifestações expressam e usam um amplo repertório criativo de práticas e símbolos com referências locais e globais e que carregam sentidos políticos intrínsecos nos contextos em que aparecem.

A hipótese da existência dos movimentos sociais e seus ativismos com um tom mais político e cívico fomentou a criação de grupos mais articulados que visavam defender pautas variadas e, sobretudo, imbricados a grupos minoritários e questões de identidade cultural. Surgiram naquele momento os defensores dos direitos humanos, ativismo ambiental, de gênero, LGBTQIAPN+. Foi criado o Movimento Revolucionário "Revú", os 15+2 (duas), o Movimento Hip-Hop, Ondjango Feminista, o Movimento Pan-Africanista - Ubuntu, os Jovens pelas Autarquias e a Associação Íris ligada ao movimento LGBTQIAPN+, o Movimento dos Estudantes e o Movimento Cívico Handeka. Neste ponto, iremos destacar algumas dessas organizações.

- a) **Movimento Pan-Africanista - Ubuntu:** tem como líder cofundador Isidro Fortuna, além de Yele Nkenge, Filipe

²¹ Para mais informações, pesquisar <https://centralangola7311.wordpress.com/about/>.

Vidal, Paulo Gamba e Mbanza Hanza. Movimento Pan-Africano, foi fundado durante a década de 2010 e defende a promoção da solidariedade e a unidade dos povos africanos, tanto no continente africano como na diáspora africana. O movimento visa lutar a favor da descolonização da África, contra o racismo, a exploração capitalista dos povos africanos, promover a autodeterminação e o desenvolvimento econômico e social dos povos africanos, bem como resgatar a história e a filosofia africanas, a herança cultural, ancestral. O movimento Ubuntu se inspira na máxima zulu *umuntu ngumuntu ngabantu*, significando que uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas. O objetivo desse movimento era educar as pessoas a amarem o próximo²². Foi por meio desses jovens que, em 2015, se organizou um amplo movimento de apoio às vítimas da seca no sul de Angola, cujo lema era SOS Cunene²³.

- b) **Associação Íris Angolana:** é uma organização não governamental LGBTQIAPN+ angolana que trabalha há mais de anos na promoção da cidadania e dos direitos humanos da comunidade LGBTQIAPN+ angolana. A visão da Íris Angolana baseia-se nos conceitos de igualdade de gênero, não discriminação, inclusão e promoção dos direitos das minorias sexuais em Angola. A Íris visa promover e proteger os direitos das minorias sexuais e de gênero e dos principais grupos populacionais, também promover a consciencialização sobre a identidade de gênero e a orientação sexual. O grupo ativo é composto por 18 membros, que são distribuídos em funções diversas: diretor-geral, adjunto, diretor de projetos e programas, diretora financeira, assistente da comunicação e informação, ativistas que trabalham

pela organização. Desde a sua fundação, o movimento já desenvolveu várias ações no sentido de promover a cidadania e a busca da garantia dos direitos humanos da comunidade LGBTQIAPN+ angolana.

- c) **O ativismo anticorrupção:** tem sido uma força motriz em Angola. Movimentos e organizações exigiram transparência, responsabilização e recursos para combater a corrupção em todos os níveis da administração e da sociedade²⁴. Esse movimento se fortaleceu sobretudo a partir de 2020, ao reivindicarem o combate "sério e justo" contra a corrupção e a impunidade em Angola²⁵.
- d) **Movimento Ondjango Feminista:** é um coletivo educacional e de ativismo feminista independente que defende a realização dos direitos humanos de todas as mulheres e jovens em Angola e promove uma agenda feminista transformadora na perspectiva da justiça social, solidariedade e liberdade. A história começou em junho de 2016, quando oito mulheres se reuniram no primeiro encontro mensal do Ondjango Feminista. São consideradas membras fundadoras do Ondjango Feminista: Áurea Mouzinho, Cecília Kitombe, Delma Monteiro, Florita Telo, Luzolo Feliz, Nininha Cunha, Sizaltina Cutaia e Xano Maria. A visão do coletivo é a construção de uma sociedade angolana mais justa para as mulheres e livre de todas as formas de opressão e exploração patriarcal, entendendo que para atingir tal objetivo é essencial abordar a situação da mulher a partir de uma perspectiva política de justiça social, uma vez que as mulheres continuam na base da pirâmide social²⁶.
- e) **Movimento Jovens Pelas Autarquias:** tendo em conta os discursos do presi-

²² Disponível em: <https://radioangola.org/potencial-de-africa-destacado-na-quinta-edicao-dos-dialogos-culturais/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

²³ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/campanha-sos-cunene-pretende-recolher-alimentos-para-as-vitimas-da-fome/a-18895766>. Acesso em: 29 nov. 2023.

²⁴ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/luanda-leaks-pouco-foi-feito-para-devolver-ativos-a-angola-dizem-ativistas/a-56323972>. Acesso em: 29 nov. 2023.

²⁵ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/manifestantes-voltam-às-ruas-de-luanda-contra-corrupção-e-impunidade-em-angola/a-55684295>. Acesso em: 29 nov. 2023.

²⁶ Disponível em: <https://www.ondjangofeminista.com/quemsomos>. Acesso em: 29 nov. 2023.

dente sobre a institucionalização das autarquias até o ano de 2020, surgiram várias organizações juvenis em alguns municípios de Luanda (Cacuaco, Viana e Cazenga) e em províncias como Huíla (Matala), Bengo, Moxico e Uíge, com o Movimento Jovens Pelas Autarquias. Esse movimento tinha o objetivo de concorrer às eleições autárquicas nos seus municípios, bem como nas organizações das respectivas áreas de jurisdição dos seus municípios.

- f) **O Movimento Cívico Handeka:** organização criada em junho de 2017 por um grupo de cidadãos angolanos, entre os quais Alexandra Simeão, Luaty Beirão, Hitler Samussuku, Helena Victória Pereira, Mbanza Hamza, Zola Neves Álvaro, Manuela Marques, Laura Macedo, Marcolino Moco, David Kaquarta, Jaime Domingos (Jaime MC) e Manuel Ngangula. Os membros desse movimento possuem um passado ligado ao ativismo social e à defesa dos direitos das pessoas, e têm como objetivo encontrar soluções para dirimir os principais constrangimentos ao pleno exercício da cidadania. Há que recordar-se que, em língua ganguela, *handeka* significa "Oh tu que não tens voz, fala". A associação propõe-se a contribuir para a formação de opinião, educação patriótica e cívica, bem como estimular a participação dos cidadãos na vida pública. O movimento atua nos seguintes pontos: a educação primária universal e de qualidade; o registro civil; a fome na infância; a revisão da Constituição; a corrupção; a despartidarização do Estado; a relação entre o medo e as liberdades fundamentais²⁷. Durante as eleições gerais de agosto de 2017, criaram a Plataforma Jiku para a monitoria do processo eleitoral, fazendo denúncias de problemas logísticos no registro eleitoral que obrigaram (obrigam ainda) angolanos a votarem em províncias distantes das suas zonas de residência²⁸.

1.2 Da Primavera Árabe aos 15+2 (duas): protestos, detenções e prisões

O conceito "Primavera Árabe" emergiu de um contexto de protestos, revoltas e manifestações que visou derrubar regimes longevos na região do norte da África e no Médio Oriente. Esse movimento contestatário iniciado na Tunísia, no dia 17 de dezembro de 2010, acabou se proliferando pelo norte da África, Médio Oriente e a África subsaariana. Cronologicamente, na Tunísia, os protestos começaram em dezembro de 2010; na Argélia, a 28 de dezembro de 2012; na Líbia, a 13 de janeiro de 2011; na Jordânia, a 14 de janeiro de 2011; na Mauritânia, a 17 de janeiro de 2011; em Omã, a 17 de janeiro de 2011; no Iêmen, a 18 de janeiro de 2011; na Arábia Saudita, a 21 de janeiro de 2011; no Líbano, a 24 de janeiro de 2011; no Egito, a 25 de janeiro de 2011; na Síria, a 26 de janeiro de 2011; no Marrocos, a 30 de janeiro de 2011. Em fevereiro, no Iraque, Djibuti, Bahrein e Kuwait, os manifestantes também saíram às ruas (Quitunga, 2015).

Os protestos ocorreram em um contexto social de insatisfação popular, como condições de vida duras promovidas pelo desemprego, forte violação dos direitos humanos, regimes corruptos e autoritários que asfixiavam a oposição política. Para Matta (2016), a emergência da Primavera Árabe está ligada às razões objetivas que seguem. A vasta maioria dos países árabes combinava duas características: a primeira, eles eram Estados rentistas, ou seja, países nos quais as rendas (derivadas de recursos naturais ou de funções estratégicas) constituíam uma parte considerável das verbas do Estado; a segunda, eles também eram Estados que estavam pendendo para uma posição "patrimonial" ou "neopatrimonialista", ou seja, Estados que eram "propriedade" de um grupo dominante que os utilizava para seus interesses e propósitos, diferentemente do "Estado moderno" no qual os grupos dominantes nada mais eram do que funcionários públicos (Matta, 2016, p. 11). Quer na Tunísia, quer no Egito, os manifestantes exigiam

²⁷ Disponível em: <https://epito-reporter.com/?p=3093>. Acesso em: 29 nov. 2023.

²⁸ Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/angola/20170821-plataformas-de-monitoria-das-eleicoes-em-angola>. Acesso em: 29 nov. 2023.

a queda dos regimes. Em Marrocos e na Argélia, exigia-se maior abertura política. Os problemas que motivaram a ira pública no norte de África são razões conhecidas: restrições das liberdades civis, corrupção, aumento das disparidades na distribuição da riqueza, impunidade política e eleições fraudulentas. Cerca de 90% dos desempregados em toda a região eram jovens na faixa etária dos 15 a 30 anos. Em meio a essa realidade, havia uma juventude mais instruída em termos universitários e mais intrépida em participar da gestão pública comparativamente aos seus pais, cujas vidas ficaram marcadas por silenciamento, assassinatos, perseguições políticas, prisões injustificadas, tortura, exílio, suicídio ou colaboração em participar nos atos hediondos do Estado. Todavia, apesar de terem boa educação, passaram a pertencer a uma geração mais frustrada, anestesiada e oprimida pelo regime de Mubarak havia cerca de 30 anos. Outro aspecto que deve ser destacado é a longevidade desses regimes. Na Tunísia (Zine El Abidine Ben Ali, 1987-2011), no Egito (Muhammad Hosni Said Mubarak 1981-2011), na Líbia (Muammar AL-Gaddafi, 1969-2011) ou no Iêmen (Ali Abdullah Saleh, 1990-2012), os presidentes estavam havia mais de 30 anos no poder, com exceção de Ben Ali, na Tunísia: que governava havia 23 anos. Esses governos estavam caducos e administravam o poder político com cortes à liberdade, à igualdade de gênero, com extrema utilização do monopólio da força e da coerção. Na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen, os presidentes foram depostos depois de várias semanas de protestos (Quitunga, 2015).

Os protestos produziram em alguns países bons resultados; há que rememorar a derrocada dos presidentes: da Tunísia, Zine El Abidine Ben Ali, que fugiu para a Arábia Saudita, em 14 de janeiro de 2011, na sequência dos protestos revolucionários tunisinos, que ficariam reconhecidos como a Revolução de Jasmim; do Egito, Hosni Mubarak, a 11 de fevereiro de 2011, na sequência de 18 dias de protestos em massa na celebrada praça Tahrir, (praça da Libertação), também reconhecidos por Revolução da Juventude, finalizando um mandato de 30 anos do

déspota egípcio; da Líbia, Muammar al-Kadhafi, com a Revolução Líbia, iniciada a 13 de fevereiro de 2011, e finalizada com a morte de Kadhafi a 20 de outubro, que pôs fim a 42 anos da Revolução Verde – *kadhafiana* (Luamba, 2017).

Assim, não foi só no norte do continente africano que ocorreu o fenômeno, visto que houve protestos no Burkina Faso 2014, tendo levado à queda do presidente Blaise Kampaore, depois de 27 anos no poder. No Sudão, os protestos chegaram em 2012. Apesar de não ter havido manifestações, os sudaneses foram às ruas principalmente contra a pobreza e problemas econômicos. O presidente Omar al-Bashir respondeu duramente: a polícia usou cassetetes e gás lacrimogêneo, opositores aos regimes foram presos, e os protestos, sufocados. A instabilidade infectou os vizinhos do sul, como o Mali: depois da desintegração da Líbia, armas e combatentes islâmicos foram para o Mali, onde rebeldes tuaregues lutam há décadas por um Estado separado.

A influência das ondas de protestos ocasionadas pela "Primavera Árabe" chegou a Angola e teve como primeiro ato o dia 7 de março de 2011; como estopim, o início de várias ondas de protestos motivados por desigualdades sociais, corrupção no aparelho do Estado, governação autoritária, falta de transparência na gestão da "coisa pública" e nos processos eleitorais, reivindicações laborais como no caso do sindicato dos professores e a inspiração, sobretudo, nos protestos desencadeados pela "Primavera Árabe". Em 7 de março de 2011, o regime de José Eduardo dos Santos não caiu, mas ocorreram alguns aspectos de análise relevantes: a dúzia de jovens que madrugou para fazer o seu grito por liberdade esteve realmente no largo da Independência; a tentativa de manifestação foi o ato fundacional do início do movimento de lutas de rua virado ao combate à ditadura de José Eduardo dos Santos e seu MPLA; o ato marcou a emergência de uma franja contestatária da juventude angolana, que decidiu, a despeito dos riscos, incluindo o da morte, empreender uma jornada que entendia imperativa tanto à luz da história e do tempo como à luz de princípios tais como o interesse nacional

e o Estado Democrático de Direito (Dala, 2016).

Os atos de protestos protagonizados pelos jovens ativistas por todo o País desencadearam a criação do Movimento Revolucionário Angolano ou, como passou a ser identificado na mídia, "Revú", abreviatura de "revolucionário", que passou a significar o conjunto de jovens que desenvolviam atos e a organização de protestos, grupos de estudo e críticas diretas e frontais ao governo nas redes sociais²⁹. Desse grupo, constituíram-se as bases para a discussão sobre o futuro do movimento Revú (muito embora não haja consenso, por exemplo, quando Rosa Conde, em entrevista de 2024, não se considera Revú, mas defensora dos direitos humanos), originando um conjunto de estratégias para a sobrevivência dos movimentos. Todavia, nas reuniões das principais figuras da "revuada" já em 2013/2014 – sobretudo no *bunker* (na Vila Alice)³⁰ –, discutia-se sobre a necessidade de o movimento iniciado em 2011 fazer inflexões evolutivas. Surgiram correntes divergentes e duas se tornaram eminentes: uma defendia que era necessário que os Revús se organizassem, que tivessem uma estrutura organizacional que, como plataforma, seria útil aos jovens para a salvaguarda do capital político conseguido desde 7 de março de 2011 e para viabilizar de forma organizada a articulação com os outros entes da esfera pública, como os partidos políticos, por exemplo. A outra corrente defendia que era melhor que o movimento se mantivesse sem organização nem estrutura definida e muito menos burocracia, sendo que o movimento se contrairia e se atrofiaria segundo seus diversos efluxos e influxos de dinâmica política e social. Basicamente, as duas correntes podem ser denominadas como organizacionista (formalista) e inorganizacionista (não organizacionista ou informalista). Os Revús inorganizacionistas acabaram sendo aqueles que defendiam o carácter desnecessário de haver alguma liderança da parte do movimento, mas, ainda assim, continuaram a fazer lutas constantes em torno da democracia

(Dala, 2016).

No dia 20 de junho de 2015, 17 jovens ativistas foram detidos e acusados de tentativa de golpe de Estado contra o poder do presidente José Eduardo dos Santos: Afonso Mayenda "Mbanza Hanza", Albano Evaristo Bingo Bingo "Albano Liberdade", Arante Kivuvu, Domingos da Cruz, Benedito Jeremias "Dito Dali", Fernando Tomás "Nicola Radical", Inocêncio António de Brito "Drux", José Gomes Hata "Cheik Hata", Henrique Luaty da Silva Beirão, Hitler Jessy Chiconde "Samussuku", Laurinda Gouveia, Manuel Nito Alves, Nelson Dibango, Nuno Álvaro Dala, Osvaldo Caholo, Rosa Kusso Conde e Sedrick de Carvalho. (Santos, 2015). Em junho de 2015, ao serem detidos por lerem o livro de Gene Sharp *Da ditadura à democracia – uma estrutura conceitual para a libertação*, passaram a ser conhecidos como 15+2 (duas), e nos autos judiciais constava a acusação de crime de atos preparatórios para a prática de rebelião e atentado contra o (na altura) presidente da República ou outros membros de Órgãos de Soberania (Ativistas [...], 2023). Os jovens, ao terem se defrontado com a dimensão do "terrorismo de Estado" da parte das autoridades angolanas, começaram a idealizar a luta não violenta introduzindo métodos pacíficos de protesto, seguindo as pegadas de Sharp (2010). A obra supramencionada desse autor sistematiza a teoria da não violência pragmática e os fundamentos da ação não violenta com o intuito de tensionar a desobediência civil ao extremo de seus limites, visto que a mudança de regime político por parte de movimentos sociais não violentos está no horizonte de suas teorizações.

O movimento dos 15+2 (duas) se afirmava como uma organização pacifista que se desdobrava no âmbito dos marcos constitucionais, exigindo as mudanças na governação do presidente José Eduardo dos Santos ou, como reafirma em entrevista Hata (2022), um dos protagonistas do movimento dos 15+2 (duas): "o uso de debates em torno de instrumentos pacíficos para retirar o

²⁹ Nuno Álvaro Dala (2016) produz um mapeamento sobre as manifestações em Angola de 2011 a 2014 e afirma terem sido protagonizadas cerca de 31 manifestações, sendo demonstrada a face do rosto autoritário do sistema movido por ações de detenções arbitrárias, violência policial, raptos e desaparecimentos de Alves Kamulungue e Isaías Cassule.

³⁰ Bairro de Luanda.

'ditador' do poder era propositado olhando para a história recente de Angola que já tinha gerado muita violência, sangue derramado e perda de milhões de vidas humanas". Laurinda Gouveia, uma das mulheres do movimento dos 15+2 (duas), ressalta que esse tipo de ativismo emergiu nesse contexto, no âmbito de todas as lutas que alguns mais velhos começaram, desde a luta anticolonial aos protestos localizados como os dos jovens que exigiam saúde de qualidade, liberdade de expressão, educação e igualdade de tratamento. Mas o desafio maior era retirar democraticamente José Eduardo dos Santos do poder, onde estava havia mais de 32 anos (Gouveia, 2015)³¹.

2 Os movimentos ativistas em Angola durante o governo de João Lourenço (2017-2022)

O ano de 2017 foi emblemático para os angolanos pelo fato de, no dia 23 de agosto, terem sido realizadas as eleições gerais elegendo o presidente João Manuel Gonçalves Lourenço com 64% de votos (a UNITA teve 24% dos votos, e a CASA-CE, 8,5%) em substituição ao antigo presidente, José Eduardo dos Santos (que continuou a chefiar o partido até 2018), o qual ficou à frente do Estado angolano por mais de 40 anos. O político, de 63 anos de idade, que também é general na reserva (essa situação passou a ser importante para compreender posteriormente sua personalidade diante do agir político na condição de chefe de Estado) e ex-ministro da Defesa, tomou posse no dia 26 de setembro de 2017 no Memorial António Agostinho Neto, em evento que contou com chefes de Estado e de governo, além de centenas de convidados nacionais e internacionais. Durante a tomada de posse, proferiu um discurso de quase meia hora, em que, em diálogo com o Manifesto Eleitoral utilizado durante a Campanha Eleitoral, cujo lema é "Corrigir o que está mal e melhorar o que está bem", reiterou variados compromissos com a nação angolana, afirmando que será o presidente

de todos angolanos. De modo específico, seguem algumas linhas fundamentais do discurso:

- governar com base na constituição e nas leis de Angola;
- combater aos crimes e ilicitudes econômicas, desde a corrupção, branqueamento e fuga de capitais;
- fortalecer e modernizar as forças armadas e os serviços de inteligência e segurança do estado, mediante a valorização dos recursos humanos, equipamentos e infraestruturas;
- promover o desenvolvimento de uma sociedade democrática, participativa e socialmente estável, passível de construir um ambiente aberto ao diálogo e de sã convivência entre os cidadãos, sem discriminações;
- fomentar governação inclusiva, que apele à participação de todos os angolanos;
- combater a pobreza mediante a garantia da segurança alimentar, melhoria dos níveis de nutrição, promoção da agricultura sustentável;
- assegurar o acesso de todos a uma educação de qualidade sem discriminação, promover as possibilidades de aprendizagem, a igualdade do gênero e uma atenção especial à autonomia das mulheres;
- garantir o acesso de todos à água potável e saneamento básico, asseguramento de uma gestão sustentável dos recursos hídricos, construção de infraestruturas duradouras e "lutar contra as alterações climáticas e suas repercussões" (MPLA [...], 2017).

João Lourenço assumiu o governo de um país mergulhado em uma séria crise econômica e social provocada pelo seu partido, o MPLA, tendo o desafio de manter a estabilidade política, fazer a reforma do Estado, consolidar a economia de mercado e recuperar o crescimento econômico.

³¹ "É verdade que numa sociedade tão fustigada pela guerra e por governações totalitárias e autoritárias – incluindo a do passado colonial, é bom, sempre, fazer lembrar –, por pressões e incidências externas (políticas, econômicas e de todo o tipo), e sem tecido empresarial com significativo peso na economia e na política, seria muito difícil imaginar uma sociedade civil forte" (Macedo, 2006, p. 214).

co-financeiro do segundo maior produtor de petróleo da África (João [...], 2017). Essas ações teriam acontecidos no âmbito da "renovação e transformação na continuidade", ou seja, com e dentro do seu partido (Angola [...], 2017). Para o efeito, desenvolveu vários projetos como o combate à corrupção, a "Operação Transparência" e a "Operação Resgate", iniciada e executada a partir do ano de 2018. Todavia, logo no primeiro mandato, o presidente João Lourenço passou a perceber alguma pressão no interior do seu próprio partido (MPLA), desenvolvendo-se uma espécie de ativismo da parte de antigos governantes leais ao presidente anterior que se sentiam lesados com o combate à corrupção ou, ainda, que tinham sido exonerados do cargo, caso dos generais (parte da elite neopatrimonialista que tinha sido criada pelo antigo presidente José Eduardo dos Santos). Para se ter alguma ideia, **as** exonerações, desencadeadas juntamente com a oratória do combate à corrupção, implicavam a destruição do "ninho de maribondos", tal como ele defendeu na conferência de imprensa no Palácio de Belém em Lisboa, Portugal, no 22 de novembro de 2018: "Quando nos propusemos a combater a corrupção em Angola, tínhamos noção de que precisávamos ter muita coragem, sabíamos que estávamos a mexer no ninho do marimbondo, que é a designação, numa das nossas línguas nacionais, do terminal da vespa; [...] é preciso destruir o ninho do marimbondo"³². Nesse mesmo momento, certo jornalista perguntou a ele se estava a brincar com fogo e o presidente respondeu: "O fogo queima, importante é mantê-lo sob controlo, não deixar que ele se alastre e acabe por se transformar num grande incêndio".

Ao mesmo tempo, afastou influências "tóxicas" e passou a responsabilizar e a exonerar alguns intocáveis da dinastia dos Santos, como os filhos Isabel dos Santos, do cargo de presidente do Conselho de Administração da Sonangol, e José

Filomeno dos Santos, da presidência do Fundo Soberano de Angola, bem como implementar a cessação do contrato com a Semba Comunicação, cujos sócios são também dois filhos do anterior presidente. Refira-se ainda que Filomeno dos Santos foi levado à justiça, acusado de crimes econômicos, tendo ficado em prisão preventiva desde 24 de setembro de 2018 até sua libertação em março de 2019. Destaca-se, ademais, o afastamento de Weliwitschia dos Santos (Tchizé dos Santos) de membro do Comitê Central do MPLA, decisão aprovada pelo novo Bureau Político em 21 de novembro de 2019, bem como sua suspensão da condição de militante por dois anos, sendo que a filha do ex-presidente já tinha sido afastada do cargo de deputada, por má conduta e por agir contra a disciplina partidária. A política de afastamento do círculo próximo dos Santos do epicentro do poder mostrou-se, no entanto, um pouco espinhosa, muito devido a anticorpos dentro do próprio MPLA relativamente à família do ex-presidente, ao que se acrescenta sua pouca popularidade na maioria da opinião pública.

Em novembro de 2017, o presidente exonerou o comandante-geral da polícia nacional, Ambrósio de Lemos, e o chefe da segurança militar, o general António José Maria. Em 2018, demitiu três oficiais generais: Leopoldino Fragoso do Nascimento "Dino", que ocupava o cargo de consultor do ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança do Presidente da República; o general Henrique Futy, do cargo de assessor do chefe da Casa Militar do Presidente da República; e o tenente-general Fernando de Brito Teixeira de Sousa e Andrade, do cargo de consultor do Ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança³³. Ainda, exonerou o ministro Augusto Tomás do cargo de ministro dos Transportes, enquanto era acusado de corrupção no processo Conselho de Carregadores³⁴. Pouco depois da sua tomada de posse, JL surpreendeu com uma lista de

³² Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/é-preciso-destruir-o-ninho-do-marimbondo-diz-joão-lourenço-sobre-o-combate-à-corrupção/4669458.html>. Acesso em: 29 nov. 2023.

³³ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/presidente-de-angola-volta-às-exonerações/a-44327256>. Acesso em: 10 nov. 2023.

³⁴ O julgamento havia começado em 31 de maio, com o Ministério Público (MP) acusando Augusto Tomás de apropriação ilícita de mais de 1,4 mil milhão de kwanzas, de 40 milhões de dólares e de 13 milhões de euros do CNC (Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=429604>. Acesso em: 30 nov. 2023).

exonerações em diversas áreas estratégicas do Estado, desde a área militar e de segurança, com a exoneração das chefias da polícia e de oficiais gerais das Forças Armadas, à banca nacional (Banco Nacional de Angola), até o setor petrolífero (Sonangol) e dos diamantes (Endiama), passando também pela comunicação social (TPA, RNA, Edições Novembro e Angop). O presidente mudou mais de metade dos governadores provinciais (Almeida, 2021).

Houve quem acreditasse em uma política de continuidade do presidente José Eduardo dos Santos, mas o presidente João Lourenço decidiu fazer seu próprio legado, assumindo o poder do partido MPLA e rompendo com a suposta "bicefalia" ou a existência de duas alas que dividiam "lourencistas" e "eduardistas". Em uma transição considerada "pacífica" pelo antigo presidente José Eduardo dos Santos, ou seja, no dia 11 de março de 2016, durante a 11ª sessão ordinária do Comitê Central do MPLA, ele havia anunciado que deixaria a vida política ativa em 2018; por isso não concorreu como cabeça de lista às eleições gerais de 2017. Seu vice-presidente do MPLA, João Manuel Gonçalves Lourenço, concorreu como cabeça de lista e foi eleito presidente da República. José Eduardo dos Santos fez questão de sublinhar que seu mandato "regular" na presidência do MPLA só terminaria em 2021 e, por isso, "abandonar a vida política" em 2018 resultava da sua própria vontade. Foi durante o VI Congresso Extraordinário do MPLA, ocorrido no dia 7 de setembro de 2018, que o Comitê Central do partido aprovou a proposta de candidatura do João Manuel Gonçalves Lourenço, vice-presidente do MPLA, ao cargo de presidente do MPLA, eleito com 98,5% dos votos, sem quaisquer candidatos alternativos³⁵. A assunção do comando do partido reforçou seu poder e, por isso, fez mudanças significativas em quase metade dos membros do Bureau Político, entre figuras da entourage de Santos, membros históricos e gerais influentes. Entre 2018 e 2019, verificamos um alargamento

do Comitê Central (de 363 para 497 membros) e uma nova composição do Bureau Político, na sua maioria jovens considerados próximos a JL, e, por conseguinte, o afastamento gradual dos seguidores do ex-líder. Destaca-se, ainda, a substituição do "pró-eduardista" Álvaro de Boavida Neto por Paulo Pombolo no cargo de secretário-geral do MPLA (Almeida, 2021). Nessa senda da continuidade, o presidente de Angola desde 2017 acumula uma tríade de poderes (chefe de Estado, chefe do Executivo e presidente do partido), revelando rupturas e continuidades que mostram um presidente que procura montar um tabuleiro de forças a seu favor para poder governar e deixar o seu legado.

O presidente abriu-se para dialogar com os vários setores da sociedade civil, onde estavam os principais ativistas dos movimentos de protestos derivados do ano de 2011. É assim que, por ocasião do 43º e do 44º aniversários da independência de Angola, JL condecorou personalidades críticas ao regime dos Santos, como é o jornalista Rafael Marques, visto anteriormente como "vende pátria"³⁶. O presidente reconheceu o 27 de maio de 1977 como uma ferida aberta e mostrou abertura do governo para medidas de reparação às vítimas e suas famílias. Essa política de inclusão passou a abranger também a sociedade civil, destacando-se o encontro em dezembro de 2018 com críticos da sociedade civil angolana para dialogar sobre a questão dos direitos humanos, como é o caso do *rapper* e ativista Luaty Beirão³⁷. Em 2017, com a mudança de presidente, após 38 anos de José Eduardo dos Santos, os angolanos sonharam, mais uma vez, com a possibilidade de uma Angola melhor. Essa abertura amainou de certa forma a realização dos protestos, e os jovens passaram a acreditar em um futuro risonho para Angola (Guita, 2019).

Apesar das exonerações, verificamos, contudo, uma linha de continuidade na composição do governo de JL, já que vários dos seus atuais ministros são elementos fortemente ligados ao

³⁵ Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/angola/20180525-jose-eduardo-dos-santos-confirma-saida-do-mpla>. Acesso em: 28 nov. 2023.

³⁶ Disponível em: <https://pt.euronews.com/2019/11/08/luanda-condecora-rafael-marques>. Acesso em: 29 nov. 2023.

³⁷ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/presidente-angolano-reune-se-com-ativistas-rafael-marques-sera-recebido-quarta-feira/a-46584045>. Acesso em: 29 nov. 2023.

anterior executivo e associados à má gestão governamental: 35,48% da equipe executiva atual (11 ministros) são ministros reconduzidos do governo anterior, tendo o presidente promovido cinco secretários de Estado (16,12% dos atuais ministros) da antiga presidência à categoria de ministros – somente oito novos ministros foram nomeados (Almeida, 2021). Atualmente, quando se percebem ventos de continuidade e o prometido "milagre econômico" ainda longínquo, a governação tem sido encarada com um misto de desencantamento e de expectativa. O País continua mergulhado numa grave crise econômica, a par de uma crescente onda de protestos contra o desemprego, com uma população ciente de que os privilegiados continuam os mesmos. A governação de João Lourenço ficou marcada pela arrogância política, a incompetência e a instrumentalização política da justiça e partidária da comunicação social. Várias promessas eleitorais, como o combate à corrupção (passou a ser vista como seletiva, visto que atacava sobretudo a família do anterior presidente) e a criação dos 500 mil postos de trabalho, não foram concretizadas e, por isso mesmo, os jovens ativistas, a partir de 2020 (com o agravamento das medidas sanitárias impostas pela Covid-19), voltaram a mobilizar-se para as manifestações contra o desemprego, o aumento do custo de vida e a marcação das eleições autárquicas. Nessas manifestações, o rosto autoritário e violento do poder voltou a revelar-se com a atuação da polícia que prendia, torturava e, inclusive, fazia vítimas mortais como os casos do jovem Inocêncio de Matos e de Juliana Kafrique (ambos mortos pela polícia). O Executivo angolano continuou alérgico às manifestações pacíficas e passou a legitimar apenas organizações não governamentais, tidas como "apêndices" do partido no poder (MPLA) – como são os casos de Ajapraz, Amangola, Movimento Nacional Espontâneo (MNE), Mova Angola e outras –, que foram elevadas à categoria de utilidade pública, recebendo desse modo fundos do Estado por meio do Orçamento Geral do Estado (OGE)³⁸.

O primeiro mandato da gestão do presidente Lourenço ficou marcado por um movimento social e ativismos que passaram a se organizar em pautas e ações que procuravam mudanças sociais, de forma mais articulada e nos marcos jurídico-institucionais. Várias agências (os jovens ativistas procuraram apresentar propostas concretas alternativas às formas de atuação das organizações do Estado) e agendas são construídas para o fortalecimento da cidadania. Os jovens do processo dos 15+2 (duas) (como foi discutido no tópico anterior), depois da prisão, engajaram-se (junto com os outros jovens ativistas) na criação das seguintes organizações e agendas: Domingos da Cruz encontra-se asilado na Escócia, onde aproveita para fazer seu doutoramento, e continua a exercer o jornalismo e o ativismo, através do seu portal Observatório da Imprensa; Luaty Beirão é presidente da mesa da Assembleia da Associação Handeka e continua a fazer as suas atividades de RAP; Mbanza Hamza optou pelo Pan-Africanismo (atualmente encontra-se na luta pela formação do partido político Angola Primeiro); José Gomes Hata é presidente da mesa de assembleia do Projeto AGIR e lidera o Movimento de Intervenção Terceira Divisão, é cofundador da Rede 15+2 (duas) e professor na rede pública; Sedrick de Carvalho continua a exercer serviços de jornalismo e trabalha na sua própria editora; Nuno Dala criou uma associação científica, é cofundador do PRAJA-Servir Angola e atualmente trabalha como deputado na Assembleia Nacional de Angola pela UNITA; Nelson Dibango, depois de sofrer assalto dos equipamentos do seu estúdio de vídeos, abraçou o associativismo e agora preside a recém-criada associação Rede 15+2 (duas); Inocêncio de Brito é membro do Projeto Mudar Viana; Laurinda Gouveia é membro do Ondjango Feminista e cofundadora do movimento "Unidas somos mais fortes", copromotora das quatro marchas contra o desemprego e uma das poucas que continua destacada desde que saiu da cadeia em 2016; Arante Kivuvu é cofundador do Movimento Estu-

³⁸ Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/radioangola/posts/2600495006873943>. Acesso em: 29 nov. 2023.

dantil Propina Not, é também promotor da marcha contra a implementação das propinas no ensino superior das universidades públicas, está ligado à Handeka e ao Projecto Mudar Viana; Osvaldo Kaholo esteve ligado à iniciativa Debates nas Comunidades e agora tem a obra concluída e comercializada na blogosfera; Dito Dali é líder e cofundador da Associação cívica Lauleno, que opera na província do Moxico, com promoções de palestras, fiscalização e monitoria dos serviços sociais básicos na província; Nito Alves encontra-se em Portugal; Rosa Kusso Conde, cujo destino não sabemos; Albano Bingo Bingo é falecido desde o ano de 2022; Fernando António Tomás (*Nicolas o Radical*), de quem, igualmente, desconhecemos os destinos; e Hitler Samussuku, ativista cívico e político, é "membro do Movimento terceira divisão" com a função de porta-voz, e também oferece o seu contributo depois do processo dos 15 ao Movimento Hip-Hop, organizações cívicas, no âmbito da cidadania (Samussuku, 2022).

Antes das eleições, alguns jovens ativistas (que já se encontravam desiludidos com o primeiro mandato de João Lourenço) desenvolveram ações importantes, como o incentivo e apoio à candidatura do presidente da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, eleito (em meio a tantos boicotes das instituições do Estado, como é o caso da decisão do Tribunal Constitucional que tinha anulado o congresso anterior, de 2019) no dia 4 de dezembro de 2021 (encerrou os 16 anos de mandatos do presidente Isaias Ngola Samakuva)³⁹. O líder do maior partido da oposição passou a assumir a agenda da criação de uma Frente Patriótica Unida em outubro de 2021, como plataforma político-eleitoral *ad hoc* que congrega todos os cidadãos nacionais coletivos ou individuais, dentro ou fora de Angola, para realizar a alternância democrática do poder político. O grupo passou a ser composto pelos partidos UNITA, Bloco Democrático e projeto político

PRA JÁ Servir Angola, apresentando-se como uma coligação inclusiva (da lista de candidatos a deputados, constaram jovens ativistas, como Nuno Álvaro Dala, Hitler Samussuku e Dito Dali, também acadêmicos, como Paulo Faria e Olívio Nkilumbo; para José Gama, a lista de candidatos a deputados da UNITA, em grau de comparação com as listas do MPLA, não tinha preenchido os 36% das quotas para as mulheres, e havia faltado a inclusão de mais pessoas portadoras de deficiência física e algumas pessoas portadoras de albinismo)⁴⁰.

Durante a apresentação do manifesto eleitoral em julho de 2022, sob o lema "a hora é agora", o presidente do maior partido da oposição afirmou: "O nosso projeto é a construção tão adiada de Angola, um país que não é sequer capaz de dar cidadania aos seus filhos". Prometeu, caso ganhasse as eleições, criar "um Governo de competentes e não de partidários para servir Angola", e como desafio está o trabalho em relação à pobreza e saúde, fomento à habitação, desenvolvimento rural e urbano, educação e cultura, família, igualdade de gênero e criança, juventude e desportos, mulher e inserção social para antigos combatentes⁴¹.

Por outro lado, passou a haver maior colaboração entre ativistas e partidos na oposição (apesar de ativistas como Pedro Teca pretenderem criar seus próprios partidos, caso da União dos Povos de Angola, UPA), visto que o propósito era retirar o MPLA do poder. Os ativistas Hitler Gessy Samussuku, José Gomes Hata, Nelson Dembo (*Gangsta*) e Jaime Domingos (Jaime MC) – principalmente esses – passaram a realizar encontros de reflexão com os potenciais eleitores no sentido de transmitir esclarecimentos sobre a importância do voto, aquilo que eles denominaram de voto consciente⁴². Essa ação se estendeu mesmo durante o processo eleitoral, com a ação do Movimento Cívico Mudei.

³⁹ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/adalberto-costa-junior-reconduzido-à-liderança-da-unita/a-60022618>. Acesso em: 29 nov. 2023.

⁴⁰ Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/formalizada-frente-patriotica-unida/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

⁴¹ Disponível em: <https://eco.sapo.pt/2022/07/23/unita-apresenta-manifesto-eleitoral-e-promete-governo-de-competentes-e-nao-de-partidarios>. Acesso em: 29 nov. 2023.

⁴² Disponível em: <https://freemindfreeworld.org/eua-jovens-ativistas-apelam-ao-voto-consciente-em-angola-face-as-eleicoes-gerais-de-2022>. Acesso em: 29 nov. 2023.

2.1 Movimento Cívico Mudei: ativismo em tempo de processo eleitoral

O Movimento Cívico Mudei é uma associação formada por jovens ativistas de várias organizações, tendo como cabeça Luaty Beirão. A princípio, o movimento emergiu para apoiar as organizações do sul de Angola, no contexto do combate à seca e à pobreza, em agosto de 2021. Mais tarde, esses ativistas passaram a se preocupar com a integridade do processo eleitoral de 2022, tendo tomado a iniciativa de criar o Movimento a fim de salvaguardar as condições de garantia do voto universal, ou seja, que todos os angolanos em idade de votar pudessem fazê-lo, independentemente da sua condição social, origem geográfica, opções políticas, religiosas e culturais. Ainda, defendiam a possibilidade da realização de campanhas eleitorais que pudessem decorrer em um ambiente de igualdade de condições, tanto no acesso aos meios de comunicação social quanto aos espaços públicos para realização de atividades de divulgação dos programas, em todo o País e sem discriminações⁴³.

Esse movimento, que também é apartidário (sem qualquer financiamento de partidos políticos), procurou aglutinar ações desenhadas e desenvolvidas pela Handeka, associação nascida em 2017 e que já operava com mecanismos de supervisão eleitoral por meio do Jiku⁴⁴. O Jiku é um projeto de monitoria eleitoral cidadã que desde o ano de 2022 está sob alçada do Movimento Cívico Mudei⁴⁵. A gênese do projeto reside numa experiência de monitoria promovida em 2012, por um grupo de jovens da Sociedade Civil (sobretudo ativistas ligados ao movimento dos Revú e dos 15+2 (duas)) que, com poucos recursos, mas movidos de uma enorme força de vontade, puseram a funcionar um sistema interativo, engajando eleitores, observadores eleitorais e delegados de lista. Durante as eleições de 2017, adotou-se o nome Jiku para a missão de observação, tendo sido assumido pela associação cívica Handeka.

Em 2022, desconfiando de possíveis indícios de fraude eleitoral (prática cancerígena que persiste desde as primeiras eleições de 1992), os jovens decidiram reativar o projeto Jiku reforçado por um conglomerado de individualidades e organizações da sociedade civil que se juntaram com a preocupação comum de exigir eleições justas e transparentes⁴⁶. Nesse sentido, desenvolveram as seguintes linhas de ação:

a) **observação eleitoral:** inclui a observação minuciosa de todos os elementos relevantes à boa condução do processo eleitoral, cada passo dado pela CNE e pelo MAT na organização e execução das tarefas de sua incumbência, a introdução de ruído e variáveis nocivas ao bom ambiente eleitoral, como o uso abusivo dos órgãos de comunicação social para ações de lavagem de imagem e/ou propaganda política;

b) **pedagogia eleitoral:** na esteira do que têm vindo a fazer várias agremiações cívicas ao longo dos últimos anos, focadas essencialmente nas eleições autárquicas que teimam em não se realizar, têm promovido ações de capacitação da sociedade civil, debelando a Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais, recorrendo a simulações do ato eleitoral e teatralizando eventuais irregularidades denunciadas de forma recorrente em eleições anteriores;

c) **inquéritos eleitorais:** pretendem realizar com regularidade inquéritos sobre tendência de voto, com o intuito de perceber como evoluem essas tendências ao longo dos meses que conduzem até as eleições.

Essas ações foram desenvolvidas sob o lema "eleições sem transparência é teatro" e, por essa razão, mesmo antes do início do processo eleitoral, o Movimento Cívico Mudei começou a fazer uma série de denúncias de tentativa de intervenção do MPLA no processo eleitoral – inicial-

⁴³ Disponível em: <https://jikuangola.org/nossa-causa/index.html>. Acesso em: 29 nov. 2023.

⁴⁴ Disponível em: <https://novojournal.co.ao/politica/interior/eleicoes-gerais-ongs-afinam-estrategias-para-fiscalizar-pleito-108628.html>. Acesso em: 10 nov. 2023.

⁴⁵ Disponível em: <http://www.mudeiangola.org/index.html>. Acesso em: 29 nov. 2023.

⁴⁶ Disponível em: <https://jikuangola.org/o-que-fazemos/index.html>. Acesso em: 29 nov. 2023.

mente, a interferência no Tribunal Constitucional, com o claro objetivo de inviabilizar o registro da

candidatura de seus principais oponentes, Abel Chivukuvuku e Adalberto Costa Júnior.

Imagem 1. Tribunal Constitucional anula o congresso da UNITA que elegeu Adalberto da Costa Júnior

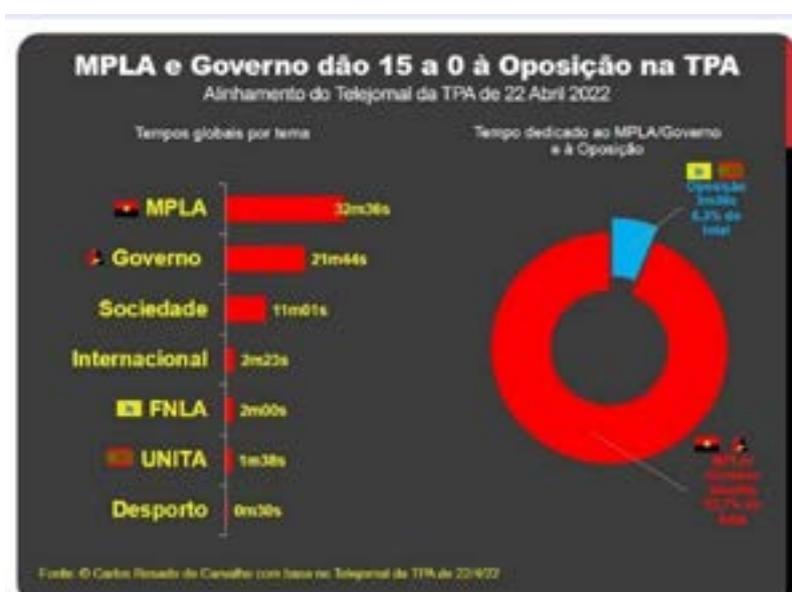


Fonte: Aléxandria Gamito (Aléxia) (Disponível em: : https://www.afrika-sued.org/files/alexia_gamito_-_oportunidades_de_observa___o_eleitoral_sem_video_1.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023).

Além disso, denunciou a contratação nebulosa de serviços de logística ao processo eleitoral: da empresa Indra Sistemas SA, com sede em Madrid, pela Comissão Nacional Eleitoral de Angola para fornecer serviços de logística eleitoral para as eleições nacionais de 2022; e do consórcio KPMP-LTI para prestar serviço de transportes

na logística eleitoral. Denunciou, também, o tratamento desigual a partidos e coligações de partidos políticos pela imprensa pública, com um claro desequilíbrio no tempo de rádio e televisão do MPLA (e do governo) em relação aos demais partidos, visando dessa forma manipular a opinião pública.

Imagem 2. Tempo de rádio e televisão pública em Angola (TPA)



Fonte: Aléxandria Gamito (Aléxia) (Disponível em: https://www.afrika-sued.org/files/alexia_gamito_-_oportunidades_de_observa___o_eleitoral_sem_video_1.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023).

Em relação ao inquérito eleitoral, entre os dias 4 e 8 de fevereiro de 2022, desenvolveram o primeiro inquérito de intenção de voto para as eleições gerais de 2022, a partir do Projeto de Monitoria Eleitoral Jiku⁴⁷. O inquérito, realizado em 102 municípios, por mais de uma centena de inquiridores, foi feito com recurso a um aplicativo que simula um boletim de voto, contendo os candidatos que já se prevê que irão concorrer, uma opção "outro", para candidatos da última da hora, e as opções "voto branco/nulo" e "abstenção". A amostragem é do tipo probabilístico estratificado e, para além da distribuição urbano/rural (refletida nos municípios inquiridos), existem também os critérios gênero e faixa etária, que foram tidos em conta de maneira proporcional⁴⁸.

Durante todo o processo eleitoral, o Mudei acompanhou as eleições, ao vivo, através das redes sociais e da divulgação das atas eleitorais, já que, segundo o ativista Luaty Beirão, muitas das atas, "ao contrário do que estipula a lei, não foram afixadas, o que truncou um pouco a nossa capacidade de ir mais longe", e a Comissão Nacional Eleitoral (CNE) "desrespeitou e atropelou todas as leis possíveis" ao não afixar as atas em todas as assembleias de voto⁴⁹. Em 25 de agosto de 2022, o Mudei, em sua contagem paralela, dizia ter a UNITA vencido o pleito eleitoral com 55% dos votos, enquanto o MPLA teria atingido a percentagem de 41%⁵⁰. Dias mais tarde, o movimento afirmou que houve na verdade um empate, com uma pequena vantagem para a UNITA. Em 29 de agosto, a CNE divulgou os resultados, que deram ao MPLA a vitória, com 51,17%, enquanto a UNITA ficou com 43,95%. O MPLA, entretanto, foi derrotado na capital Luanda, tendo vencido nas províncias.

Sob o lema "votou, sentou", a sociedade civil e a oposição angolana instaram os cidadãos a não abandonarem as assembleias de voto a 24

de agosto, dia das eleições gerais, de modo a exigir a contagem dos votos e a publicação dos resultados nos locais da votação. De outra parte, o MPLA aconselhava os seus militantes, amigos e simpatizantes com "votou/bazou", o que significa abandonarem a assembleia de voto depois da votação.

O MPLA venceu as eleições gerais de 24 de agosto de 2022, com 51,17% dos votos, o equivalente a 124 dos 220 assentos na Assembleia Nacional. A UNITA ficou com 43,95%, equivalente a 90 assentos na Assembleia Nacional. Todavia, o processo ficou marcado com reclamações de fraude por parte dos partidos na oposição e um elevado nível de abstenção, na ordem dos 55,18%⁵¹. Infelizmente, a população angolana mostra-se cada vez mais descontente com a falta de avanços na implementação das reformas económicas e sociais que eram consideradas cruciais para consolidar o legado de João Lourenço. O País continua enfrentado vários problemas sociais e económicos. Enquanto isso, aumenta o nível de insatisfação por parte dos movimentos ativistas.

Considerações finais

O tema "Dos 'Revús' ao 'Mudei': movimentos ativistas e o processo de redemocratização em Angola (1990-2022)" foi desenvolvido no intuito de traçar uma linha do tempo das lutas dos movimentos ativistas em Angola, tomando como ponto de partida o ano de 1990, altura em que se lançaram as sementes da transição do monopartidarismo à democracia multipartidária. Ao longo do texto, procuramos mostrar que a história e a memória de luta desses movimentos sociais visavam, em uma primeira instância, ajudar a alcançar a tão propagada paz e a reconciliação nacional a partir da luta pela melhoria das condições de vida materiais da população angolana como um todo, para em seguida assumirem novas pautas: a luta contra o autoritarismo, o neopatrimonialismo

⁴⁷ Disponível em: <https://mudeiangola.org/documentos/inquerito-de-voto/pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.

⁴⁸ Disponível em: <https://jikuangola.org/o-que-fazemos/index.html>. Acesso em: 29 nov. 2023.

⁴⁹ Mudei diz que eleições em Angola "não foram justas, nem transparentes" e que os dois partidos terminaram empatados (Disponível em: voaportugues.com. Acesso em: 29 nov. 2023).

⁵⁰ Contagem paralela do Movimento Mudei dá vantagem à UNITA com 55% (Disponível em: <https://valoreconomico.co.ao/artigo/contagem-paralela-do-movimento-mudei-da-vantagem-a-unita-com-55>. Acesso em: 29 nov. 2023).

⁵¹ Disponível em: <https://pt.euronews.com/2022/08/29/mpla-e-o-vencedor-oficial-das-eleicoes-de-angola>. Acesso em: 29 nov. 2023.

presidencial e partidário que enriquecia a minoria de dirigentes políticos enquanto a população vivia na miséria visceral. Além de reivindicarem novas/velhas pautas, como a luta por uma maior equidade social e econômica entre homens e mulheres em Angola, maior presença e participação feminina na política institucional.

Os novos movimentos ativistas emergidos a partir da década de 2010 procuraram apresentar-se dentro de uma matriz diferenciada daquela dos anteriores, sobretudo por aturem como grupos de pressão espontâneos, sem liderança ou estatuto, e buscarem com base nas manifestações a luta pelo respeito à democracia, a promoção da justiça social, o respeito pelos direitos humanos ou, nos casos mais extremos, a exigência da saída do presidente José Eduardo dos Santos. Foi nesse período que surgiram o movimento dos Revú, os 15+2 (duas), o Ondjango Feminista, o Movimento Jovens Pelas Autarquias, o Movimento Ubuntu e o movimento do orgulho LGBTQIAPN+.

Com a assunção ao poder em 2017 do presidente João Lourenço, que atualmente se encontra no seu segundo mandato, tinha-se aberto alguma janela de esperança para a democracia, ou mesmo para o diálogo entre os angolanos. Todavia, o rosto do autoritarismo voltou a revelar-se. Para o Movimento Cívico Mudei, “[...] as Eleições Gerais de 24 de agosto de 2022 não foram justas nem transparentes e resultaram na perversão dos princípios que devem reger um Estado verdadeiramente democrático e de Direito”. Entretanto, como diz a ativista do Mudei, Cesaltina Abreu, “Temos de manter a esperança para construir um novo amanhã”⁵².

Referências

ABREU, Cesaltina Cadete Basto de. *Sociedade civil em Angola: da realidade à utopia*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ALMEIDA, Cláudia. Angola e os ventos da mudança e continuidade de João Lourenço. *Janus 2020-2021*, Lisboa, p. 58-59, 2021. Disponível em: https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/4932/1/Janus_20_1_25_CA.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

ANDRADE, Justino Pinto de. Angola e o multipartidarismo. In: VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de (org.). *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*. Lisboa: Firmamento, 2006. p. 59-70.

ANGOLA: integra do discurso de posse do presidente João Lourenço. *África 21 Digital*, Brasil, 28 set. 2017. Disponível em: <https://africa21digital.com/2017/09/28/angola-integra-do-discurso-de-posse-do-presidente-joao-lourenco/>. Acesso em: 5 nov. 2023.

ANTÓNIO, Nelson Domingos. *Transição pela transação: uma análise da democratização em Angola*. Tese (Doutorado em Sociologia e Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ATIVISTAS de Angola 15+2. *DW*, Lisboa, 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ativistas-de-angola-152/t-37979505>. Acesso em: 13 nov. 2023.

BLANES, Ruy Llera. A febre do arquivo: O “efeito Benjamin” e as revoluções angolanas. *Práticas da História*, Lisboa, n. 3, p. 71-92, 2016. Disponível em: <https://praticasdahistoria.pt/article/view/23073>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRANCH, Adam; MAMPILLY, Zachariah. *Africa uprising: popular protest and political change*. Londres: Zed Books, 2015.

BUSSOTTI, Luca; MUTZENBERG, Remo. Movimentos sociais, Estado e sociedade civil em África. Considerações introdutórias. *Cadernos de Estudos Africanos*, Portugal, n. 31, p. 7-14, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/1996>. Acesso em: 8 nov. 2023.

CHABAL, Patrick. Transições políticas em Angola: et pluribus unum. In: VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de (org.). *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*. Lisboa: Firmamento, 2006. p. 29-40.

CORDEIRO, Ana Dias de. Os filhos do musseque que se juntaram ao filho do regime em Angola. *Journal O Público*, Lisboa, 24 out. 2015. Disponível em: <https://www.publico.pt/2015/10/24/mundo/noticia/osfilhos-do-musseque-juntaramse-ao-filho-do-regime-em-angola-1712176>. Acesso em: 3 jun. 2021.

CRUZ, Domingos da. Política em Angola: sucessão não é transição. *Por Dentro da África*, Brasil, 22 dez. 2016. Disponível em <https://www.pordentrodafrica.com/noticias/politica-em-angola-sucessao-nao-e-transicao>. Acesso em: 27 nov. 2023.

DALA, Nuno Álvaro. *O pensamento político dos jovens revús: discurso e ação*. Santarém: Edição de Autor, 2016.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2004.

⁵² Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/dia-de-%C3%A1frica-temos-que-manter-uma-esperanca-%C3%A7a-para-construir-novo-amanha-%C3%A3-diz-ativista-angolana/7140856.html>. Acesso em: 10 nov. 2023.

GOUVEIA, Laurinda. Entrevista II. Meu olhar para esses senhores não é como antigamente: não tinha prova- do de tanta maldade. *Voz da América*, Portugal, 16 nov. 2015. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/laurinda-gouveia-meu-olhar-para-esses-senhores-nao-e-como-antigamente-nao-tinha-prova-do-de-tanta-maldade/3060085.html>. Acesso em: 29 nov. 2023.

GUIA, Luis. Presidente João Lourenço condecora ati- vista Rafael Marques. *EuroNews*, Portugal, 8 nov. 2019. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2019/11/08/luanda-condecora-rafael-marques>. Acesso em: 5 mar. 2024.

GUSMÃO, Milene; NERY, Salete (org.). *Memória e ex- pressões culturais*: tessituras entre tempos e fazeres. Vitória da Conquista: UESB, 2013.

HODGES, Tony. *Angola: do afro-estalinismo ao capita- lismo selvagem*. Cascais: Principia, 2002.

HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democra- tização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1991.

JAUARÁ, Manuel. Angola em paz. Mas, até quando? *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Disponível em: <https://eeh2010.anpuh-rs.org.br/recursos/anais/anpuhnacional/S.23/ANPUH.S23.0637.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2023.

JOÃO Lourenço assume presidência de Angola em meio a crises e desafios. *Terra*, Brasil, 26 set. 2017. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/joao-lourenco-assume-presidencia-de-angola-em-meio-a-crisis>. Acesso em: 15 dez. 2023.

LANÇA, Marta. Luaty Beirão: Os jovens podem estar anestesiados mas não lhes faltam razões para lutar. *Esquerda*, Lisboa, 17 dez. 2015. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/luaty-beirao-os-jovens-podem-estar-anestesiados-mas-nao-lhes-faltam-razoes-para-lutar/40147>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LOURENÇO, Mariane Lemos. Arte, cultura e política: o Movimento Hip Hop e a constituição dos narradores urbanos. *Psicol. Am. Lat.*, Brasília, n. 19, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2010000100014. Acesso em: 15 out. 2023.

LUAMBA, Manuel. Conversa com José Gomes Hata. *Marimba*, Angola, 9 dez. 2017. Disponível em: <https://marimba.selutu.com/hip-hop-e-um-auto-poder-infinito-para-ajudar-os-oprimidos-cheick-hata/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

MACEDO, Fernando. Sociedade civil e poder político. *In*: VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de (org.). *Sociedade civil e política em Angola: enquadramento regional e internacional*. Luanda: Firmamento; Lisboa: Media XXI, 2006. p. 55-71.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; TIRIBA, Lia. Experiência de classe e memória coletiva: possíveis aproximações entre E. P. Thompson e Halbwachs. *In*: MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; TIRIBA, Lia (org.). *Experiência: o termo ausente?* Sobre história, memória, trabalho e educação. Uberlândia: Navegando, 2018. p. 250-269.

MARCON, Frank. Agências estetizadas: juventudes, mobilizações e ativismos em Angola. *Crítica e Socie- dade*: revista de cultura política, Uberlândia, v. 9, n. 2, p. 191-208, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/article/view/56679>. Acesso em: 12 out. 2023.

MATTA, Nada. Entrevista com Gilbert Achcar: o que aconteceu com as primaveras árabes? *Revista Outubro*, Brasil, n. 25, p. 5-33, 2016. Disponível em: http://outubro-revista.com.br/wp-content/uploads/2016/03/1_Entrevista-Achcar1.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

MESSIANT, Christine. A Fundação Eduardo dos Santos (FESA). A propósito da "investida" da sociedade civil pelo poder angolano. *Lusotopie*, França, v. 2, n. 17, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lusotopie/3403>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MIGUEL, Oliveira Adão; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. Os 15+2 e a memória educativa da redemocratização em Angola. *Revista Histedbr*, Campinas, v. 23, n. 00, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8674141>. Acesso em: 19 maio 2024.

MPLA apresenta programa de governo 2017/2022. *Portal de Angola*, Luanda, 9 maio 2017. Disponível em: <https://www.portaldeangola.com/mpla-apresenta-programa-de-governo-20172022/>. Acesso em: 13 nov. 2023.

O PENSAMENTO político dos jovens Revús – Nuno Álvaro Dala. *Clube K*, Angola, 5 set. 2014. Disponível em: https://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=18914:o-pensamento-politico-dos-jovens-revus-nuno-alvaro-dala&catid. Acesso em: 1 abr. 2022.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. *Transi- ções do regime autoritário*: primeiras conclusões. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

OLIVEIRA, Susan de. O rap e o ativismo pelos direitos humanos em Angola-parte 1. *Buala*, Angola, 20 maio 2015. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/palcos/o-rap-e-o-ativismo-pelos-direitos-humanos-em-angola-parte-1>. Acesso em: 20 fev. 2022.

QUITUNGA, Asbel Demaca. *O poder da informação nas relações internacionais*: os efeitos da Primavera Árabe em Angola. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus) – Universidade de Évora, Lisboa, 2015.

SANTOS, Carlos. Quem são os ativistas presos desde 20 de junho e as acusadas que não estão detidas. *Esquerda*, Lisboa, 21 out. 2015. Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/quem-sao-os-ativistas-presos-desde-20-de-junho-e-acusadas-que-nao-estao-detidas/39200>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SANTOS, Jaqueline Lima. *Imaginando uma angola pós-colonial*: a cultura hip-hop e os inimigos políticos da nova república. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

SHARP, Gene. *Da ditadura à democracia – uma estrutura conceitual para a libertação*. 4. ed. Tradução de José A. S. Filardo. São Paulo: The Albert Einstein Institution, 2010.

TELO, Florita. *Angola: a trajetória das lutas pela cidadania e educação em direitos humanos*. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Boston: Wesley Publish, 1981.

VIDAL, Nuno. Multipartidarismo em Angola. In: VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de (org.). *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*. Lisboa: Firmamento, 2006. p. 11-57.

Fontes orais

CONDE, Rosa. Entrevista I. [Entrevista cedida a] Oliveira Adão Miguel. Viana, 8 mar. 2024. Entrevista presencial.

HATA, José Gomes. Entrevista II. [Entrevista cedida a] Oliveira Adão Miguel. Cacucaco, 14 abr. 2022. Entrevista presencial.

SAMUSSUKU, Hitler Jessy Tshikonde. Entrevista III. [Entrevista cedida a] Oliveira Adão Miguel. Cacucaco, 14 abr. 2022. Entrevista presencial.

Oliveira Adão Miguel

Mestrado em Ensino da História da África pelo Instituto Superior de Ciências da Educação da Huila (ISCED-HUILA). Doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Livia Diana Rocha Magalhães

Professora Plena da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, pesquisadora do Museu Pedagógico, professora do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade e professora convidada do CIFEX/USC (Espanha) desde 2005. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, geração e memória geracional, história e história da educação.

Washington Santos Nascimento

Professor associado de História da África da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em História Política da UERJ. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

Endereço para correspondência

OLIVEIRA ADÃO MIGUEL

Rua A (Kardenar Oliveira), n. 100, Candeias
Condomínio Solarium Residence, ap. 006
Vitória da Conquista, Bahia, Brasil

LÍVIA DIANA ROCHA MAGALHÃES

Rua TG 7, n. 41, Alto da Boa Vista, 45027470
Vitória da Conquista, Bahia, Brasil

WASHINGTON SANTOS NASCIMENTO

Rua Caruso, 11, ap. 31, Tijuca, 20270-220
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.